

As metalúrgicas discutem

Dois sindicatos - dos que têm tido maior atuação nos últimos dois anos - parecem ter despertado para o problema do trabalho feminino na indústria. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o dos metalúrgicos de Santo André, ambos com base na Grande São Paulo, decidiram organizar dois congressos sobre o tema. O primeiro, organizado pelo Sindicato de S. Bernardo e Diadema, está previsto para os dias 21 e 28 deste mês; o segundo, do Sindicato de Santo André, está previsto para fevereiro.

Três grandes temas estão na pauta do congresso dos metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema: a mulher e a legislação trabalhista; a mulher e as condições de trabalho; e a mulher e o sindicato. Sua estrutura prevê conferências sobre o tema - por pessoas ainda não determinadas - debates em pequenos grupos e, finalmente plenárias de avaliação e deliberação, que encerram o ciclo.

"Queremos traçar uma diretriz conjunta para o trabalho da mulher e do homem de S. Bernardo, visto que no entender primeiro da diretoria do sindicato, está evidenciado o fato de que nos moldes em que a integração da mulher metalúrgica está sendo feita, ela tem por objetivo pura e simplesmente utilizar uma mão-de-obra que age no mercado de trabalho de uma forma suplementar às necessidades econômicas do lar e, obviamente, isso gera um barateamen-

to de custo no preço final do produto. E, consequentemente, ocasiona maior rentabilidade para os empresários ou para as empresas sediadas no setor", afirma Paulo Vidal, vereador, secretário geral da diretoria do sindicato e coordenador do congresso.

Fazendo questão de afirmar que esse congresso não será um "congresso feminista", Paulo Vidal diz que seu objetivo é "conhecer as reais condições de trabalho a que estão subordinadas as mulheres metalúrgicas e, com base nessas condições, postular - dentro do marco do possível - que elas tenham assegurados todos os seus direitos".

Embora o sindicato não possua nenhuma mulher em sua diretoria (apesar das metalúrgicas sindicalizadas hoje serem cerca de duas mil, em um sindicato com cerca de 21.000 associados) Paulo Vidal afirma que a participação no congresso será eminentemente feminina, a diretoria participará apenas da sua organização e direção.

O coordenador adianta a única conclusão a que, acredita, deverá chegar o congresso, "para garantir os efetivos direitos da classe trabalhadora, tanto do homem quanto da mulher", como ele mesmo diz: "Ter o sindicato liberdade e autonomia plena para que possa realizar os contratos coletivos de trabalho, inclusive com sanções diretamente aplicadas aos empregadores que faltarem às condições contratadas".

AS FEMINISTAS RADICAIS E AS ELEIÇÕES

III- A recusa do voto

Uma coligação de movimentos feministas (*)
apresenta seus pontos de vista
em manifesto

"Permanece uma interrogação, na batalha eleitoral que começa a ferver — a do voto das feministas.

No momento atual, elas parecem dividir-se em duas tendências principais:

Uma, procura obter dos homens, e particularmente dos de esquerda, certas reformas que estes últimos, por demagogia eleitoreira, irão lhes conceder com parcimônia, em troca de seus votos, sob a forma de "presentes em espécie". Este grupo considera que as mulheres teriam muito mais oportunidade de obter a satisfação de suas reivindicações no quadro de uma vitória das esquerdas nas eleições legislativas de março de 1978.

A outra tendência, a das feministas radicais, das quais fazemos parte, se por um lado não subestima a importância desses "presentes em espécie" (é legítimo reivindicar igualdade dos direitos em todos os campos), acha igualmente que isto não modificará fundamentalmente a relação homens/mulheres; e, recusando-se a legitimar pelo voto a política de qualquer partido ou organização, conclama as mulheres a anular seu voto.

O que está em jogo nesta questão é de fato o lugar e status do movimento feminista, em relação ao que se chama "política".

"O feminismo é um movimento social pleno, que tem sua própria história que não pode mais ser equacionado como mais uma ou um apêndice das demais lutas."

O feminismo se propõe a uma análise global da sociedade. É um movimento social pleno, de corpo inteiro, que tem sua própria história, história de seus discursos, de suas ações, e que não mais pode ser equacionado como "mais uma" ou um "apêndice" das demais lutas.

A classe das mulheres situa-se de fato na intersecção de todas as redes de poder: mulheres operárias, mulheres emigrantes, crianças-mulheres, mulheres doentes, escolarizadas, presas, psiquiatrizadas... sofrem *todas elas* a opressão patriarcal sob suas formas múltiplas: exploração do trabalho doméstico gratuito na família, violências masculinas, ideologia da "diferença natural" entre os sexos, apropriação de seu corpo, de seu tempo.

Mas nós sofremos "além" dessa opressão, as opressões capitalista, racial, parental, médica, escolar, carcerária, psiquiátrica...

E, enquanto essas redes do poder são frequentemente parte interessada do poder patriarcal em si, nós sofremos mais

que os homens todas essas opressões. *Nosso lugar social de mulheres desempenha o papel de "multiplicador" de todas as opressões.* A mulher operária é mais oprimida que o operário; é a dupla jornada de trabalho; são as dores do "parto sem dor", os médicos que abusam de suas mulheres, é uma maior restrição para as meninas que para os meninos, é a escola...

As mulheres ocupam portanto um lugar social tal que a sua revolta por si mesma é necessariamente a todas as opressões. *O feminismo é por este fato, um movimento por excelência, ampliando o plano da luta a dimensões que os partidos não podem levar em conta; a derrocada radical de todas as estruturas hierárquicas.*

O feminismo portanto basta para definir e resumir o conjunto de nossas posições políticas.

Se nos recusamos a votar hoje é por que:

1) julgamos as posições tanto dos partidos de esquerda quanto dos de direita insuficientes quanto à "questão feminina". Porque a luta contra as raízes da opressão da mulher, a família patriarcal, não é levada em conta por nenhum dos partidos existentes.

2) Achamos que, se suas posições deixam a desejar, é porque, dirigidos por homens, esses partidos têm interesse na perpetuação de nossa opressão: são organizações pró patriarcais.

3) É também e principalmente porque não consideramos o feminismo como um pequeno acréscimo que poderia fazer parte de um programa ou de uma corrente política, mas como o fundamento de nossa concepção da política.

Assim como um homem de esquerda não se pergunta em quem votar entre os partidos de direita, da mesma forma, não poderíamos nos perguntar em quem votaríamos se não fôssemos feministas.

Como feministas, levando uma luta que coloca um questionamento total da sociedade, recusando nos a sancionar pelo voto os partidos que contribuem para perpetuar a nossa opressão, votaremos nulo nas eleições legislativas de março de 1978, e conclamamos todas as mulheres em revolta contra a sua opressão a adotarem a mesma posição.

Que mulher quererá sustentar partidos que participam de sua própria opressão?

(*) Partido Feminista Unificado 134, rue Henri-Barbusse, Paris 15^e Ligue du droit des femmes (P.P. 370, 75^e 25^e), Cedex 13) S.O.S. femmes alternatives 13, villa d'Este, Paris 13^e) Feministas radicaux (Arriens, Beauvais, Paris) Groupement "L'union" du 13^e.

I - É o feminismo um humanismo?

Pensam vocês que seja agradável a George Marchais, secretário geral do PCF, ouvir dizer que as mulheres não mais crêem que o capitalismo seja o único opressor das trabalhadoras, uma vez que as mulheres continuam sendo exploradas em todos os países do Leste europeu?

Imaginem que François Mitterand, secretário do Partido Socialista, tenha alguma vontade de responder a certas perguntas tais como: porque têm os socialistas as mesmas reações que os conservadores quando se trata dos interesses das mulheres? esquecem-se delas? Por que razão há trinta anos que os sindicatos não organizam uma greve geral pela aplicação do princípio: salário igual para trabalho igual? Por que razão nunca se mobilizam as massas da esquerda a favor das mulheres? Alguma vez se desfilou em passeata pela defesa do aborto livre? Os homens de esquerda lutam pelos argelinos, pelos chilenos..., etc., e nunca pelas mulheres.

É também verdade que as feministas não param de fazer perguntas perturbadoras. Assim, acusá-las de agressividade, colocar a ênfase nos excessos inerentes aos movimentos marginais, descrever apenas o feminismo extremado, quase folclórico, estes grupos autonomistas que falam em

Lacan, ridicularizar o dialeto político-sexual, escórias de um pensamento novo, vivo, vivaz, corajoso, é o método habitual que consiste em desconsiderar o adversário a fim de evitar a verdadeira discussão.

Compreende-se também que certos homens prefiram fugir da infatigável dialética dessas mulheres tanto mais consideradas desagradáveis quanto mais cultas forem.

Há um certo socratismo no novo feminismo. Mas há pior: uma Antígona dorme em cada feminista. Esta consciência que quer verificar se o Estado, a Religião ou o Partido são fiéis aos seus próprios ideais.

O que eu vejo de mais claro na recusa do feminismo por todos os partidos, é que em nossa República os homens decidiram se erguer entre o Estado e as mulheres, como antigamente na Igreja os maridos ficavam entre Deus e suas companheiras.

François Mitterand fala a suas militantes exatamente como São Paulo fez com as cristãs. "Que as mulheres se calam na igreja... Se quiserem se instruir, que interroguem seus maridos... Que tudo se faça decentemente e com ordem" (Epístola aos coríntios 1, 14).

Antigamente enterravam-se as Antígonas, queimavam-se as bruxas; hoje em dia, tampam-se os ouvidos e afina-se na porta: "não perturbe".

II- As mulheres e a luta de classes

"Como lutar contra as mentalidades retrógradas se não lutamos ao mesmo tempo contra as condições concretas que as perpetuam?"

Frederica Piel *

Neste momento, o "mundo político" vê-se bruscamente tomado de um súbito e profundo interesse pelas mulheres. Uns rivalizam em sedução e promessas para atrair as suas simpatias e votos - mesmo que ao mesmo tempo eliminem os raros quadros femininos em proveito de candidatos homens "mais influentes". Outros se desolam, ante a incapacidade congênita das mulheres em saber reivindicar utilmente, por não poderem apresentar um balanço mais lisonjeiro no que se refere à política feminina. Não seria inútil, penso eu, considerar um fato para a reflexão em curso quanto à questão: onze mulheres são hoje candidatas titulares do PCF em Paris.

Das candidaturas conhecidas hoje, o PCF sozinho apresenta mais mulheres que o conjunto das demais formações parisienses reunidas. Pois como conceber, como ambicionar mudanças fundamentais em nossa sociedade sem a participação maior dessa imensa força que representam as mulheres?

Mas isto não acontece sozinho. O peso das mentalidades herdadas da noite dos tempos não pode se apagar como que magicamente. O PCF não é nem um gueto, nem uma contrasociedade, não está ao abrigo nem dos determinismos nem das lentidões ideológicas.

Pois trata-se bem de uma luta, de uma luta onde nada acontece naturalmente, nem na sociedade e nem com as próprias mulheres. Eu sei muito bem o quanto é difícil, mesmo para uma militante, tomar a si responsabilidades, afirmar-se apesar das pressões ambientes. A tentação da culpabilização está aí, dentro de nós mesmos, a nos espiar a cada dificuldade de nossa vida pessoal, a cada problema inesperado.

Se o PCF pode apresentar onze candidatas titulares em Paris para as próximas eleições legislativas, é porque, qualquer que seja o seu atraso ou suas insuficiências, sua vontade política de dar espaço às mulheres não é nova: treze entre vinte e nove eleitores comunistas parisienses, perto de 40% de suas bases e 30% dos membros de sua direção são mulheres.

Hoje somos onze: operárias, funcionárias ou intelectuais, casadas, solteiras, mães de família ou sem filhos, somos em nossa diversidade a imagem das mulheres que vivem e trabalham na capital.

Sabemos dos baixos salários, da desigualdade na remuneração, dos espectros do desemprego que atinge prioritariamente as mulheres. Conhecemos a raiva de nos ver o caminho bloqueado, reduzidas a ta-

refas subalternas, privadas de responsabilidades por sermos mulheres; de ser às vezes ridicularizadas ou humilhadas por ouarmos reivindicar nossa igualdade.

Por isso queremos, como a grande maioria das parisienses, acabar o quanto antes com essa vida, mudar realmente, mudar enfim. Aspiramos a participar realmente, de modo criador, à vida de nosso país; queremos que nossa individualidade, enfim levada em conta e reconhecida por si mesma, possa se afirmar e desabrochar contra tudo quanto hoje a entrava e restringe.

Não identificamos mecanicamente a luta das mulheres com luta de classes; sabemos entretanto que, para milhões dentre nós, não se pode falar de liberdade e felicidade se não falarmos antes das condições de vida, da miséria cotidiana.

Devemos ver cotidianamente, nos mercados, na vida concreta que levam grande número de mulheres, suas existências mutiladas, estragadas. Deve-se saber da jornada de dezoito horas, do medo do despejo, da expulsão, a angústia pelo futuro, os desejos incessantemente frustrados de tudo quanto deveria ser normal e cotidiano.

Como lutar contra as mentalidades retrógradas se não se lutar também e ao mesmo tempo contra as condições de vida concretas que as engendram e perpetuam? Os dois combates são inseparáveis: não pode haver solução específica para as mulheres fora da luta contra todas as forças que dominam e esmagam nossa sociedade, fora da luta contra o grande capital, contra a política governamental. Não pode haver saída para as mulheres em nenhum sistema que prolongue a crise e a austeridade, mesmo que tivesse um rótulo de esquerda. As lutas das mulheres pelo seu futuro só pode resultar na mudança democrática.

Não achamos que, mecanicamente, todos os problemas que se colocam hoje às mulheres possam se encontrar miraculosamente resolvidos nem na luta presente por uma outra sociedade, nem amanhã imediatamente caso a nova lógica decorrente da aplicação resolvida de todo o programa comum fosse posto em prática. Não acreditamos que, da noite para o dia, todas as mentalidades retrógradas possam se apagar, e realizar-se a igualdade das mulheres.

Esta igualdade será uma conquista, o fruto de uma luta, de uma luta a ser levada desde já, onde as mulheres devem ter e tomar todo o seu lugar. Isto não pode ser feito sem elas, sem a sua participação ativa, consciente, inteligente.

* Frederica Piel é membro da direção parisiense do PCF.

Programa nacional para implantação de creches

BRASÍLIA (FT) — O Ministério do Trabalho deverá celebrar, até o fim do mês um convênio com a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, para definição, até o fim de abril, de um programa nacional para implantação de creches.

A informação foi prestada ontem pelo subsecretário de Promoção Social do Ministério do Trabalho, David Boianovsky, que acentuou que o objetivo do convênio é definir "um projeto de caráter operativo consentâneo com a realidade nacional".

Explicou que já foi definida a participação da técnica Maria Cunha, considerada autoridade mundial na matéria, na elaboração do projeto e, inclusive, na definição de providências legais que se fizerem necessárias à sua implementação.

FALTA DE PROFISSIONAIS

Observou ainda o subsecretário que a principal preocupação no exame do problema de creches é a falta de melhor grau de profissionalização das pessoas que atuam na área no setor público, fato que não se verifica no setor privado, onde já existe essa mentalidade em regiões mais desenvolvidas.

ENTREVISTA COM A ESCRITORA SIMONE DE BEAUVOIR

I - Por uma igualdade radical

"Pensava que a vitória das mulheres estivessem ligada ao socialismo. Mas o socialismo é um sonho"

Pierre Viasson-Ponté

Simone de Beauvoir comemorou 70 anos no dia 9 de janeiro, sem ter esgotado ainda sua produção literária, apesar dela agora se dedicar mais à adaptação de algumas de suas obras para o cinema. Ela ainda mantém seu "feminismo radical" — como ela mesmo o define — e nunca se recusa a participar de trabalhos, pesquisas e manifestações públicas junto com as jovens feministas que a cercam. Nessa entrevista concedida ao *Le Monde* ela fala essencialmente sobre a situação e a sorte das mulheres, sem compaixão nem otimismo. Talvez até com menos otimismo do que há trinta anos, quando escreveu sua mais importante obra, "O segundo sexo".

P: "Não se nasce mulher: transformamos-nos nisso". Esta era uma das idéias centrais de *O Segundo Sexo*. Trinta anos depois, você ainda sustenta essa afirmação? Simone de Beauvoir: Completamente. Tudo que li, vi e aprendi durante esses últimos trinta anos: me confirmou completamente tal idéia. A feminilidade é fabricada, como aliás fabrica-se a masculinidade, a virilidade. Vários estudos extremamente interessantes feitos por psicanalistas, psicólogos e outros demonstram isso.

Houve, em especial, o livro de Bellotti, uma italiana, — "*Do lado das Meninhas*", que mostrou muito detalhadamente, a partir da experiência de uma mulher que trabalhou nas maternidades ou junto a jovens mães, que a educação da criança, menino ou menina, é diferente desde os primeiros anos. Ela difere, por exemplo, na maneira de se dar o seio à criança, na maneira de tratá-la. E depois, quando a criança cresce mais um pouco, não falam mais para ela da mesma maneira. Dizem-lhe: "um menino deve fazer isso assim" ou "meninhas devem fazer assado", e assim por diante.

Este livro mostra muito bem como se fabrica a feminilidade que nos é apresentada como uma espécie de instinto natural, e como se fabrica igualmente a masculinidade. Quando um menino de cinco ou seis anos quer cozinhar, dizem-lhe: "não é trabalho para você; é coisa de menina".

Assim, a sociedade controla a criança desde seus primeiros dias, de modo a fabricar segundo as exigências de nossa civilização de hoje, um homem que corresponda ao que se chama homem, e uma mulher que seja feminina segundo os padrões. Portanto, acredito firmemente que existam profundas diferenças e entre os homens e as mulheres, com desvantagem para o conjunto das mulheres — digo em seu conjunto, porque há raras exceções.



Essas diferenças não vêm da natureza feminina ou masculina, mas do conjunto cultural. Creio cada vez mais nisso.

P: E você também considera que a situação das mulheres não evoluiu sensivelmente? Em "*Tout Compte Fait*" você disse: "Acreditei depressa demais, quando escrevi *O Segundo Sexo*, na proximidade de uma vitória das mulheres."

SB: Sim, eu acreditei depressa demais, porque pensei que a vitória das mulheres estaria ligada ao advento do socialismo. Ora, o socialismo é um sonho, que não existe em nenhum lugar. Os países que chamamos socialistas hoje absolutamente não o são.

Nos países ditos socialistas, a situação das mulheres não é melhor do que nos países capitalistas. Enfim, pode ser que algo se passe na URSS: as mulheres trabalham mais. Para mim, este é um dos pontos essenciais: a mulher deve ter a sua independência econômica. Certamente a mulher tem mais independência econômica na URSS. Só que isso não a impede ainda de ter de conciliar sempre a liberdade econômica com o trabalho doméstico. Muitas notícias e romances russos recentes mostraram isto muito bem.

Mesmo que ela seja um grande patrão, uma cirurgiã renomada, é preciso que ela em seguida faça a faxina doméstica, que cozinhe, que ponha a mesa, que faça as compras. Ela tem, portanto, uma carga dupla de trabalho. Por isso, eu simplesmente não acredito mais que a vitória das mulheres esteja ligada ao advento do socialismo, que a melhoria da situação das mulheres esteja ligada ao desenvolvimento do socialismo.

"Nos países ditos socialistas, a situação das mulheres não é melhor que nos países capitalistas"

P: As coisas não mudaram na França?

SB: Na minha opinião, elas pioraram um pouco. Há infinitamente mais estupro, infinitamente mais agressões dos homens contra as mulheres.

P: Você acha que isso tenha aumentado?

SB: Ah, sim! Há mais!

P: Não seria porque agora se fala mais disso?

SB: Fala-se mais porque há mais. Eu vejo isso em todos os testemunhos que recolho, que amigas minhas recolhem, por exemplo, em suas aulas. Por um lado, fala-se mais porque encorajamos as mulheres a denunciar os estupros, quando antes elas não ousavam fazê-lo. Mesmo assim, há uma quantidade muito maior.

Quando me lembro de minha juventude ou da de minha irmã, ou de amigas de minha irmã, havia de vez em quando alguns sujeitos que assoviavam quando passávamos, que diziam graçinhas, mas era muito pouco.

Nunca fui obrigada a sair de um cinema por estar sozinha. Ao passo que vejo quantidades de jovens amigas que não mais podem ir sozinhas ao cinema, que não podem mais passear sozinhas pelas ruas, que se ressentem muito das agressões masculinas até mesmo em casa.

Acho que há uma hostilidade dos homens que decorre justamente da emancipação das mulheres, que os torna muito mais perigosos do que como nunca foram.

P: Mas houve emancipação?

SB: Há uma certa emancipação. No plano sexual, certamente, há uma emancipação devida à limitação da natalidade, e devida, ainda, à lei do aborto, que é terrivelmente mal aplicada. De fato, nem sei quantos abortos legais há por ano, mas são certamente muito poucos, enquanto há ainda uma enorme quantidade de abortos clandestinos. Houve igualmente uma certa emancipação, enfim uma tolerância muito maior por parte dos pais ou do meio: não mais se exige que a mulher chegue virgem ao altar.

"A hostilidade dos homens decorre de nossa emancipação. Isso os torna muito mais perigosos"

"Há uma certa emancipação sexual, o que não é grande coisa, porque a verdadeira emancipação não se situa aí, situa-se no plano do trabalho, do trabalho econômico e das possibilidades de realização, etc. Aí, algumas mulheres conseguiram promoções.

Nós, feministas, as chamamos de *mulheres-álibi*. Por exemplo, a srta. Chopinet foi a primeira colocada na escola Politécnica — pelo que certamente não a condeno — e isto servia de álibi para que os homens dissessem: "Agora, todas vocês podem ser as primeiras colocadas na Politécnica." Isto não é verdade, porque para isso seria preciso que os pais investissem na educação das meninas tanto quanto na dos meninos, o que eles absolutamente não fazem. Só em casos excepcionais os pais investem tanto na educação de uma menina quanto na de um menino.

P: Você dizia, em 1967: "O feminismo é uma maneira de viver individualmente e de lutar coletivamente". Como viver o feminismo individualmente? E como lutar coletivamente?

SB: Manterei sempre esta formulação e quero dizer que, individualmente, podemos tentar nos liberar das restrições econômicas que pesam sobre a mulher, podemos tentar ter uma profissão, trabalhar fora, fazer carreira. Dito apenas dessa forma, porém, isso é perigoso porque o nosso objetivo, o que chamamos de feminismo radical, não é o de tomar o lugar dos homens, para assumir os mesmos defeitos que eles têm. Porque as qualidades singulares que podem ter as mulheres são consequência de sua opressão: elas não têm esse tipo de rivalidade arrasadora que têm os homens, este sentido do sério, este sentido do papel a desempenhar e este gosto pelo poder. Não desejamos que as mulheres adquiram esse gosto pelo poder, todos os defeitos dos homens.

"Há uma certa emancipação sexual, o que não é grande coisa, porque a verdadeira emancipação se dá no plano do trabalho econômico e das possibilidades de realização"

Isto dito, há, de fato, mais empregos de trabalho que hoje se abrem às mulheres. É certo. Só que, em muitos casos, os tempos de trabalho abertos mantêm-se em níveis bastante baixos.

Por exemplo: há muitas mulheres que poderiam fazer seu curso de Direito e ser advogadas, mas a maioria delas seria simplesmente auxiliar num escritório de advocacia e fariam um trabalho subalterno. Há muitas poucas que chegariam a se tornar advogadas, com seus próprios escritórios. O mesmo acontece com as médicas. Elas estão mais ou menos empilhadas nas áreas de pediatria ou na medicina social e são muito menos consideradas que os médicos em geral.

É assim para tudo o mais. Carreiras são abertas mas em pequenas doses e sem que o reconhecimento público as auxilie a se realizar.

"As qualidades singulares que podem ter as mulheres são consequência de sua opressão"

P: Há mesmo assim uma feminilização considerável em alguns setores, como por exemplo, no ensino.

SB: Sim, mas à medida que uma carreira se torna feminina, ela passa a ser desvalorizada. Por exemplo, na UFRJ, há uma feminilização da medicina: hoje todos os médicos são mulheres. Agora, considera-se o fato de ser médica da mesma maneira como se considerava antes as enfermeiras. E o ensino é igualmente considerado uma carreira bastante secundária que devirilha o homem que abraça.

P: Desde quando você se define como "feminista radical"? Há muito tempo, no fundo?

SB: Eu sempre disse que era feminista na medida em que, feminismo, para mim, significa que eu reclamava uma mudança de situação entre o homem e a mulher, e de igualdade radical entre o homem e a mulher. Mas, já que agora há pessoas falando do trabalho coletivo, não há o trabalho coletivo feminino que me interessasse verdadeiramente.

É somente desde 1971 ou 1972 que encontrei jovens feministas que me procuraram com o propósito de enfrentar os problemas do aborto, com as quais comecei a trabalhar, simplesmente por simpatia, porque elas não eram feministas para tomar o lugar dos homens, mas para mudar o mundo tal qual ele é feito pelos homens. E isto para mim é muito mais interessante."

Nossas mães e as meninas insolentes de 68

Somente depois da publicação de suas obras é que Simone de Beauvoir enfrentou os problemas que ela denunciava; a prática veio depois da teoria.

Claudine Serre

Desde o primeiro romance de Simone de Beauvoir, *A Convidada*, as principais personagens são mulheres. Mas é preciso esperar o pós-guerra para que ela coloque em causa a situação feminina de modo mais explícito. 1949: publicação de *O Segundo Sexo*, ao sair de uma guerra que revela a alguns intelectuais a necessidade de um engajamento pelo escrever.

Foi começando a escrever *O Segundo Sexo* que ela tomou consciência da opressão das mulheres. Não era algo evidente para ela, já que ela vivia isolada em um círculo de homens intelectuais que a tratavam como igual. Seus escritos refletem apenas uma reflexão teórica, um distanciamento em relação ao tema. E não é senão depois do lançamento de sua obra que Simone de Beauvoir enfrenta pessoalmente o que ela denuncia e expõe em seu livro. A prática veio depois da teoria.

Este livro suscita protestos violentos entre os homens: "A violência dessas reações" diz ela "e sua baixeza me deixaram perplexa". Já pelo lado das mulheres, a leitura de *O Segundo Sexo* é frequentemente sentida como uma libertação. Pela primeira vez, as leitoras sentem o direito de ter uma existência diferente. Rompendo a impressão de isolamento, a resignação e a vergonha de ser mulher, sua iniciativa literária já representa um engajamento feminista em si. E a situação das mulheres, desde então, não mais se ausentaria de seus escritos.

As heroínas de Simone de Beauvoir não são mais liberadas em sua ficção do que na realidade. Elas se procuram; mentem a si mesmas, como a apaixonada e a narcisista de *O Segundo Sexo*. Daí, suas lutas, seu tatear. Em sua obra, frequentemente dois tipos de mulheres se contrapõem pelo seu caráter. Anne, a heroína de *Os Mandarins*, assume seus desejos, mesmo contraditórios, até a autenticidade. Paula, a apaixonada, pelo contrário, embala-se na ilusória glorificação do Outro — no caso, o homem. Ela não luta por uma realização, nem por um trabalho profissional, como o que salvou Anne.

O feminismo militante

As obras de ficção seguintes revelam um acidente de literatura. Abandonando o alheamento do escritor e a razão intocável dos filósofos, ela põe em destaque as situações das mulheres comuns — e lhes dá voz. Ela dá testemunho, sob forma de novelas (*La Femme Rompue*, 1967), de sua infelicidade e de seu isolamento. O estilo que restitui o destino destas mulheres, quer ser a primeira voz de sua existência. Laurence, em *Les Belles Images*, e *La Femme Rompue*, isoladas em seu cinema interior deixam-se esmagar pela vida cotidiana e doméstica até a asfixia. A

quarentena para Laurence, a cinquentena para Monique: uma vida vazia e solitária que se fragmenta do desespero. As três novelas de *La Femme Rompue* foram lidas como se fossem crônicas de pequenos acontecimentos. E sua publicação numa revista feminina de grande tiragem só fez acentuar o mal entendido. Mas essas novelas anunciavam, através do mais simples estilo, expurgado do racionalismo filosófico, a busca de um feminismo imerso no cotidiano. Foi nesta época, em 1967, que reaparece o termo feminismo no decorrer de uma entrevista dada a Francis Jeanson.

O ano de 1972 marca o início do período militante pela presença na *Mutualité*, nos dias 13 e 14 de maio daquele ano, pelas Jornadas de denúncias dos crimes cometidos contra as mulheres, primeira manifestação pública do Movimento de Libertação das Mulheres. No outono seguinte, o seu mais recente jornal de lembranças — *Tout Compte Fait* — revela, com toques de aquarela, a repercussão profunda sobre a sua vida. Além disso, o tom do jornal se personaliza. Antes disso, as *Memórias de uma Moça Bem Comportada*, até *La Force des Choses*, no decorrer do tempo ordenava uma série de situações onde o relato substitua a análise. Agora, não se trata mais do calendário de uma vida, mas do movimento relacionado de seus gostos e suas ações.

Num período em que, para numerosas mulheres, o menor gesto cotidiano assume uma ressonância política, *Tout Compte Fait* aborda uma praxis feminista que não mais se limita ao ato de escrever. Entretanto a mulher escritora permanece discreta quanto a suas relações pessoais com a luta: dotes que ultrapassam muito a utilização de sua própria notoriedade.

É notadamente o exemplo da coragem moral e intelectual, a lição constante de honestidade e de exigência, suas observações, de uma franqueza às vezes cruel, mas sempre tonificante. O humor, e as descargas de ódio que provocaram os primeiros momentos do MLF fazem na sorrir: lembram-lhe os ataques pífios do pós-guerra contra o existencialismo. Há também às vezes alegria, quando a autora de *O Segundo Sexo* aceita dedicar um número inteiro do *Temps Modernes* às mulheres, para que seja escrito por militantes feministas, oferecendo-lhes uma tribuna de onde suas vozes seriam enfim ouvidas.

É difícil concluir quanto ao engajamento feminista de Simone de Beauvoir. Depois de ter sacudido a vida de nossas mães e assistido à eclosão das meninas insolentes de 1968, ela permanece fiel a essa idéia de que as mulheres têm uma tarefa a cumprir: viver.

ENTREVISTA COM SIMONE DE BEAUVOIR

II- Agora, o feminismo é uma força

"Há quinze anos o feminismo não era nada na realidade. Agora ele é uma força; quanto ao socialismo não vejo em que ele tenha feito progressos"

Pierre Viansson-Ponté

"Eu pensava que a vitória das mulheres estivesse ligada ao aparecimento do socialismo, mas o socialismo é um sonho" - dizia Simone de Beauvoir na primeira parte desta entrevista, publicada na semana passada. Agora, nessa parte final, ela fala da condição da mulher e seu engajamento político.

P - Vimos até agora o que você deseja para as mulheres, mas o que você julga possível de ser conseguido para elas nos próximos dez ou vinte anos na França?

Simone de Beauvoir - Penso que podemos ganhar mais alguma coisa, uma vez que já ganhamos a batalha do aborto e do controle de natalidade. Agora existem os processos contra o estupro, o apoio efetivo às mulheres vítimas de espancamentos. Tudo isso cria um movimento de opiniões, ao qual nem mesmo os homens devem permanecer insensíveis. Eles devem se sentir agora cada vez mais intimidados quando se tratar de violar ou espancar uma mulher.

Penso também - se o movimento feminista continuar sendo conduzido seriamente - que poderemos chegar a uma verdadeira igualdade salarial entre homens e mulheres, o que é uma coisa muito importante. A lei diz que há igualdade, mas na prática se desqualifica o trabalho da mulher, de modo a pagar menos por ele. Quando ela faz exatamente o mesmo trabalho que o homem ela recebe no máximo um escalão inferior, para justificar uma remuneração inferior. Não existe uma verdadeira igualdade salarial.

Penso também que se pode conduzir uma luta no plano do trabalho doméstico. Isso quer dizer que as mulheres exigem não ser mais as únicas a fazer esse trabalho, a educarem os filhos; elas poderiam obter a ajuda do Estado com a construção de creches e outras instituições possíveis. Me parece interessante de se observar que, atualmente, existem mais rapazes trabalhando nas maternidades, enquanto até pouco tempo atrás isso era considerado um trabalho unicamente feminino. Portanto, penso que com as novas gerações exista uma possibilidade de abertura.

P - Mesmo com um poder politicamente orientado de outra maneira, digamos para simplificar, com um poder de esquerda, não seria necessário criar um ministério específico e uma legislação particular para as mulheres?

SB - Não, não acredito. Da mesma forma que o Ano da Mulher (promovido pela ONU) não me parece ter resultado em nada de valioso. Acho que não é preciso tratar as mulheres separadamente. Além disso, os partidos de esquerda não são mais a favor das mulheres que os partidos de direita. O Partido Socialista é muito deficiente nesse ponto de vista, o Partido Comunista também. Essa é justamente uma das razões para a criação de grupos verdadeiramente feministas: muitas mulheres tomaram consciência de que no Partido Comunista ou no Partido Socialista, ou nos grupelhos esquerdistas elas eram constantemente traídas, de todas as maneiras, como servas dos homens, como subordinadas.

Agora elas pensam ser necessário assumir a luta das mulheres como luta de mulheres e não somente trabalhar com os homens para mudar o mundo.

P - Apesar disso, você desejava que elas fossem mais representadas nas eleições e as encoraja a isso?

SB - Não dessa forma.

P - Isso lhe parece secundário?

SB - Isso me parece secundário. Não sou a favor da representação parlamentar da forma como ela é. Não sei bem o que significam as eleições, e não vejo claramente o que fariam essas mulheres eleitas, a não ser servirem de "mulheres álbi" (Veja a primeira parte da entrevista).

Enfim, é um problema muito delicado porque se as mulheres vão tomar o poder à maneira dos homens, não seria como uma compensação; é justamente (o poder à maneira dos homens) que desejamos mudar, todas suas noções e valores. Mas, por outro lado é evidente que uma mulher que tenha responsabilidades sociais, políticas e intelectuais tem mais condições de prestar ajuda às outras mulheres do que se ela não tivesse nenhum instrumento para isso.

Simplesmente acontece, muito frequentemente que, se as mulheres são bem sucedidas nesse plano, elas se desolidarizam com as outras mulheres e começam a pensar que se elas foram bem sucedidas, qualquer uma outra pode também ser bem sucedida. Mas isso é completamente falso porque se ela venceu, foi por ter mais chances, por nascimento, pela vida ou por dinheiro, e isso não prova completamente que a situação da mulher tenha mudado.

P - Em resumo, o fracasso parcial da condição feminina durante os 25 anos decorridos que você lembra em *Le compte fait* é antes de tudo mais um fracasso do socialismo e da mudança política do que um fracasso das mulheres?

SB - Sim, as duas coisas. Só que eu acho que o feminismo está no bom caminho. Porque, há quinze anos o feminismo não era nada na realidade. Agora o feminismo representa uma força. Quanto ao socialismo, não vejo que ele tenha feito muitos progressos.

"Quando as mulheres são bem sucedidas no plano político, elas se desolidarizam com as outras mulheres"

P - Você não o reconhece em parte alguma do mundo, atualmente...

SB - Não, em parte alguma.

P - Que sociedade francesa você desejaria ver nascer nos próximos tempos?

SB - A que eu desejaria?

P - Sim.

SB - Seria um socialismo que fosse verdadeiramente um socialismo. Mas isso me parece muito difícil de realizar no mundo do modo como ele está partido atualmente. Seria uma redução das desigualdades e mesmo sua supressão. Seria a cessação da exploração. São todas essas coisas que

não são realizadas nem nos países ditos socialistas. Portanto, seria uma mudança tão grande que não acredito que isso possa se realizar antes de muito tempo.

"O socialismo é uma concepção aberta, generosa, mas utópica"



P - Então, para você, o socialismo é uma concepção aberta, generosa, ideal, mas utópica?

SB - Sim. Precisamente.

P - Que outro regime se aproxima mais do que você quer e julga possível no atual estado de coisas? Você acredita que seja a mesma coisa a esquerda institucional e a atual direita no poder?

SB - Não, acho que mesmo assim a esquerda dará mais aos deserdados e trabalhadores que a direita. Enfim, se eu votar, evidentemente que votarei na esquerda e não na direita. O regime atual me parece absolutamente corrompido, apodrecido.

P - Em política, você e Jean Paul Sartre têm assinado uma porção de manifestos. Destaco entre eles as intervenções a favor do dr. Mikhael Stern, dos militantes da FAI aprisionados em Barcelona, em favor de um músico nigeriano, em favor dos expulsos de Saint-Denis, contra a repressão na Itália, etc, etc. Você acredita na efetividade dessas tomadas de posição?

SB - Algumas vezes; por exemplo, acho que no caso do dr. Stern nossa participação foi importante. Não pelo que fiz exatamente, foi o filho dele que realizou um esplêndido trabalho. Dizem também que salvamos a vida de alguns gregos. De qualquer modo, não posso me recusar a assinar manifestos.

P - Mas você não tem a impressão que lhes pedem o apoio para lhe agradecer ou que você atende os que a solicitam para ser gentil, sem que isso tenha eficácia?

SB - É claro. Com a quantidade de assinaturas que dou para manifestos elas não têm mais eficácia. Mas basta que alguma dessas ações dê resultado para que sejamos obrigado a tentar sempre.

P - Que você escreve no momento?

SB - No momento me interessa principalmente pela adaptação de meus livros para o cinema. Uma amiga sueca fez um filme sobre a velhice, inspirando-se no *Segundo Sexo*, e pude participar um pouco.

P — Você quer fazer filmes mais próximos de suas obras ou mais militantes ainda?

SB — Não! Bem próximos. Gostaria muito, por exemplo, eu gostaria muito de realizar *Os Mandarins*, mas respeitando o romance *Os Mandarins* tal qual ele foi escrito. Nunca fiz livros militantes propriamente ditos - fora os eufóios e prefácios - mas sempre pensei que a literatura deva ser engajada. Não creio que ela deva ser militante porque senão chegamos ao realismo socialista, aos heróis positivos, às falsificações. Tenho tentado sempre em meus livros me manter o mais próximo possível da vida real. Algumas pessoas têm inclusive me criticado por meus últimos livros - *La Femme Rompue* e *Belles Images*; algumas mulheres me criticaram por não ter destacado heroínas positivas, de ter mostrado principalmente mulheres aniquiladas, infelizes; fiz desse modo porque é desse modo que eu vejo e sinto a condição feminina como ela é hoje em dia. Não penso em colocar em cena militantes heróicas e a meu ver inexistentes, utópicas.

P — Qual o livro que você mais gosta? *O Segundo Sexo*, *Os Mandarins*?

SB — *O Segundo Sexo*, que é o que teve mais repercussão. Mas o que prefiro mais, pessoalmente, é *Os Mandarins*, porque eu o escrevi num momento em que me encontrava verdadeiramente no calor da vida. Enfim, eu sentia os problemas da época e escrevi esse romance com muita paixão.

**"Me criticam por não
ressaltar as heróicas
positivas em meus
romances ... e por
as militantes heróicas
inexistentes, utópicas"**

P — Você lê muito atualmente?

SB — Sim, bastante.

P — E do que você lê, que lhe dá uma impressão?

SB — Não tenho lido muitos romances porque eles não têm verdadeiramente algo que me toque. Leio bastante livros de história, reportagens, ensaios, livros e etnografia, revistas de psicanálise. É isso principalmente o que me interessa.

Aqui, cartas e respostas

Menores abandonados... de luxo

Sr. Redator,

Nesitei um pouco em escrever a vocês pois sou apenas uma mãe de família sem grandes conhecimentos especializados; mas "O São Paulo" é a casa amiga e a gente quer falar sobre um assunto importante é aos amigos que se recorre. Aí vai pois a minha conversa amiga.

Sempre que se fala em "menor abandonado" a nossa mente registra uma foto de um garoto pálido, sujo, pés no chão, vendendo flores ou quinquilharias nas ruas, limpando parabrisas de carro ou sendo perseguido como "trombadinha".

É preciso pensar também um pouco numa outra classe de "menores abandonados" que vive em mansões de luxo, tem milhões de brinquedos, babás especializadas, roupas caríssimas, sapatos especiais... mas só conhecem os pais através de fotos publicados nas colunas sociais, nas revistas ou em aparições na TV...

É essa classe de "menores abandonados de luxo" vai formar, na adolescência, a turma dos baderneiros nas "discothèques", dos motoqueiros barulhentos, dos constantes...

Na idade adulta serão os capitães de indústrias ou os juizes daqueles ou-

tros "menores abandonados" das favelas e das ruas.

Quanto deles mais tarde, do alto da sua situação privilegiada, irão se lembrar daquelas empregadinhas que engravidaram no quartinho da área de serviço dos seus apartamentos granfinos. Eles mesmos não sabem que a carência de amor que ficou no seu subconsciente os impulsionou a aproveitar o calor da admiração que viram nos olhos da moça do Interior que veio trabalhar em sua casa.

A grande maioria das mães solteiras que o "Amparo Maternal" abriga é produto desses "menores abandonados de luxo".

Isto não é só desabafo: quero fazer também uma sugestão para uma "Pastoral dos Noivos".

Muitos dos casais jovens da alta classe, talvez somente tenham oportunidade de ouvir palavras do evangelho sobre a família e a responsabilidade para com os filhos, durante o curso de noivos. Porque não dizer aos casais de noivos que não basta ao sair da maternidade, levar o bebê para casa e entregá-lo aos cuidados de uma competente enfermeira, que lhe dará todas as atenções que exigem os ditames da moderna pediatria, mas que ela nunca poderá substituir a segurança que oferece o

colo da mãe ou a voz da mãe dizendo coisas sem nexo para seu filhinho e embalando-o com a MELODIA do seu amor.

A governanta eficiente e disciplinadora nunca poderá substituir a "bronca" ou as palmadas dadas por uma mãe presente às travessuras e artes infantis.

Quando Deus deu a Moisés as tábuas da lei, inclui no 4.º mandamento o preceito do amor e respeito filiais, visto que o instinto de maternidade e paternidade não precisava ser imposto. Mas, o que parece, os homens mudaram de lá para cá e é por isso que se diga aos pais e mães de hoje que os seus filhos devem ser amados e devem receber deles carinho e calor humano.

Sei que esses pais de "menores abandonados de luxo" ficariam surpresos caso conhecessem estas minhas conclusões e até sei de cor o que diriam: "os meus filhos têm tudo, têm o melhor que o dinheiro pode comprar, estão matriculados em um ótimo, colégio...".

Mas já tive a oportunidade de ouvir da diretora de um desses ótimos colégios uma grave queixa: "cada vez que faço uma reunião de pais, há uma maioria esmagadora de ausência, nas festas do fim de ano, durante a distribuição

de prêmios fico com um nó na garganta quando vejo o olhar de desencanto de muitos dos meus alunos na hora em que os pais são chamados para entregar o prêmio ao filho e o dele não veio".

As vésperas do casamento, tanto o rapaz como a moça estão de coração aberto para as coisas boas e nobres: porque não aproveitar esta oportunidade para expor aos futuros pais de família a importância capital de bem amar seus filhos?

Deixo a sugestão a cargo de uma "Pastoral de Noivos".

O tema da Campanha da Fraternidade é "Trabalho e Justiça para Todos": vocês não acham que é uma questão de justiça socorrer os nossos "menores abandonados de luxo"?

Maria Ruth de Sousa Alves.
São Paulo — SP.

NOSSA RESPOSTA

Maria Ruth: falar verdade, não tem resposta. Por hoje, pelo menos. Mas nós lhe prometemos o seguinte: estamos pensando. Vamos pensar muito em tudo o que você disse. Quer saber mais? Vamos ver se outras pessoas nos ajudam a pensar. Depois vamos ver o que respondemos para você. Que beleza de carta.

Assinatura: C. S. F. A. S.
Data: 24/01/78
Pág. 2

Pasta n.º
N.º do recorte

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *DP TPCCE*Data *30/01/78*Pág. *—*

Pasta n.º

N.º do recorte

Os problemas da creche do Jardim São Nicolau

J. TARDY
30/1/78

As 31 crianças — todas bem pequenas, de nove meses até no máximo seis anos de idade — estavam ameaçadas de não terem onde ficar durante o dia, enquanto seus pais trabalham: a creche que cuida delas seria fechada. Foi o que havia dito o novo presidente da Sociedade Amigos do Jardim São Nicolau, Raimundo da Conceição. Ele pretendia exigir de volta as dependências da Sociedade que haviam sido emprestadas à Ação Comunitária Beneficente de Burgo Paulista, a entidade que mantém a creche.

Os responsáveis pela Ação Comunitária, juntamente com os pais das crianças, resolveram então convocar o presidente da Sociedade Amigos do Jardim São Nicolau para uma reunião, ontem à tarde. Depois da reunião, o presidente da Sociedade, Raimundo da Conceição, havia voltado atrás, e concordado em ceder as dependências para que ali continue sendo mantida a creche por mais dois anos.

— A minha exigência — explica Raimundo — é de que o pessoal da creche me comunique a respeito de todas as suas iniciativas. Eu sou o responsável por tudo o que acontece nas dependências da Sociedade.

Onézimo de Barros Melo, vice-presidente da Ação Comunitária, procurou fazer os responsáveis pela Sociedade Amigos do Jardim São Nicolau compreenderem que

a existência da creche é muito importante para diversas famílias do bairro, que não têm com quem deixar seus filhos quando vão trabalhar.

Edith Geraldo Barros, uma das oito administradoras da creche, explicou as dificuldades que elas enfrentam para manter esse tipo de assistência:

— Nós gastamos aqui mais de 45 quilos de arroz por mês, 15 de feijão, 20 latas de óleo, e mais sal e vinagre. A Prefeitura nos dá uma ajuda de 400 cruzeiros mensais por cada uma das crianças de que cuidamos, mas isso é muito pouco. Sempre precisamos completar os gastos com o dinheiro da Ação Comunitária.

Essa organização é responsável pela existência de três creches, todas na Zona Leste: duas funcionam nas dependências de igrejas do bairro. A outra, essa do Jardim São Nicolau, teve que ser instalada em dependências da Sociedade Amigos do Bairro, já que na região não havia outro local apropriado.

Ontem, ao final da reunião, a ameaça de a creche ter que sair imediatamente das dependências da Sociedade Amigos do Bairro estava afastada. Para isso, o presidente da Sociedade exigiu apenas que o vice-presidente da Ação Comunitária, Onézimo de Barros Melo, assinasse um contrato, se responsabilizando pelo uso das salas.

AS METALÚRGICAS

O primeiro Congresso

As metalúrgicas se reúnem animadamente e falam de seus problemas: os que sofrem porque são como todos os trabalhadores, e mais os que sofrem porque são mulheres

O setor 1315 da Volkswagen, setor de chicote, tem uma chefia muito rígida. As operárias desse setor não compareceram ao Congresso com medo de que houvesse repressão; porque já houve repressão antes. Como houve em muitas outras indústrias. Este foi um dos motivos apresentados por um dos membros da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo e Diadema (SP), para o não comparecimento de mais da metade das trabalhadoras inscritas para o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, realizado nos dias 21 e 28, na sede do sindicato.

A idéia do Congresso surgiu em 1976 em função do significativo aumento da participação da mão-de-obra feminina no setor metalúrgico (entre os metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema, categoria que compreende cerca de 120 mil pessoas, 20 mil são mulheres). Esse aumento, no entanto, não provou uma maior participação das operárias na vida sindical, já que o número de mulheres metalúrgicas (umas 5 no máximo) que compareceram aos dois últimos Congressos Metalúrgicos - ocorridos em 1974 e 1976 - e mesmo nas assembleias foi insignificante. Assim, o objetivo principal da direção do congresso atual foi o de incentivar a participação feminina nas lutas sindicais. E o motivo imediato, as possíveis modificações na legislação trabalhista no sentido de permitir a hora-extra e o trabalho noturno para a mulher.

A atual diretoria do sindicato já se havia colocado contra a modificação, mas achava que uma discussão dos problemas pelas próprias metalúrgicas e as sugestões que elas pudessem dar reforçariam muito a posição do sindicato.

De 800 metalúrgicas que se inscreveram no Congresso, umas trezentas compareceram. A grande maioria não pode participar porque numerosas indústrias de São Bernardo e Diadema - Volkswagen, Mercedes Benz, Termo-Elétrica, Arteb, Carfriz, Polimatic, e Metalgal - decidiram compensar o feriado relativo ao carnaval nos dias em que o Congresso iria se realizar. Segundo declarações de um dos membros da diretoria do sindicato "desde novembro o sindicato já havia comunicado às empresas, através de cartazes, que iria realizar o Congresso nos dias 21 e 28. Estavam portanto cientes que o sindicato iria necessitar dessas companheiras. Após o anúncio do Congresso, as empresas marcaram a data da compensação do carnaval. Eu, então, caracterizo esta atitude como um boicote para impedir as trabalhadoras de participarem do Congresso".

"Tem homem demais para tratar de nossos problemas"

Segundo Almir Pazzianoto, membro do departamento jurídico do Sindicato e deputado estadual pelo MDB, que falou sobre o tema "A mulher na Legislação Trabalhista", a legislação atual proíbe o trabalho noturno e as horas extras para as mulheres. Mas é frequente as fábricas obrigarem as mulheres, seja a pretexto da compensação dos sábados (estendendo-se, assim, a jornada de trabalho para 9 horas e meia), seja por pressão das chefias. Sempre fazendo comparação com o trabalho dos homens - para o qual é permitido por lei as horas extras e o trabalho noturno - o advogado questionava: "Quem ganha mais com as horas extras e o trabalho noturno: o patrão ou o empregado?"

As diferenças salariais entre homem e mulher para um mesmo tipo de trabalho e as exigências feitas às mulheres em termos educacionais sem que haja contrapartida de salários, aumentando ainda mais a discriminação devida ao sexo, foram ressaltadas por dados apresentados por César Conconem do DIEESE, no Congresso. Embora, a média salarial da categoria seja de Cr\$ 3.864,00, se o cálculo for feito separadamente, em função do sexo, o salário médio dos homens subirá para 5.600,00, enquanto o das mulheres cairá para Cr\$ 3.466,00.



Após cada palestra, as metalúrgicas reuniram-se em pequenos grupos, a fim de discutirem os temas a partir de suas próprias experiências (por resolução da diretoria, a imprensa não teria acesso a essas discussões pois o presidente do Sindicato, Luiz Inácio da Silva, argumentou que, com jornalistas presentes, as trabalhadoras ficariam inibidas).

Nos grupos de trabalho, as operárias procuraram responder às questões colocadas pelo monitor - "em que aspectos a sua empresa não respeita a legislação?" e "o que acontece em sua empresa que você consideraria importante de ser incluído na legislação trabalhista?" As reclamações foram muitas.

Na Reno, recentemente, a hora do lanche passou a não ser mais respeitada. As chefias proibem as operárias de comerem alguma coisa enquanto trabalham nas máquinas, chegando-se ao cúmulo de obrigá-las a abrir a boca caso façam algum movimento que lembre mastigação. Nesta fábrica, 19 operárias foram demitidas porque foram encontradas mastigando alguma coisa. Outra arbitrariedade verificada na mesma indústria: "Paga-se por hora, mas exige-se no mínimo a produção de mil peças por hora".

Na Mercedes Benz, embora executem o mesmo serviço, as mulheres são registradas como "montadoras de tapeçaria" e os homens como "tapeceiros". Resultado prático: os homens ganham bem mais que as mulheres.

Algumas histórias lembram talvez a Inglaterra do século passado na época da revolução industrial. Segundo o relato das operárias, em muitas fábricas - incluindo as grandes como a Volks e a Mercedes - elas recebem um número determinado de fichas que limitam sua ida aos banheiros. Muitas vezes os chefes de seção têm direito de mandar bater nas portas do banheiro se acharem que as operárias estão demorando muito. Denunciaram ainda os vexames que passam devido às frequentes "cantadas" de companheiros e chefes - sobretudo destes, que se sentem mais à vontade em virtude do poder que têm.

Em seguida, na reunião plenária, as trabalhadoras, expuseram o resultado das discussões travadas em grupo. Não foram poucos os grupos que extrapolaram a problemática levantada por Almir Pazzianotto e pelos demais conferencistas, indo além das questões trabalhistas - e de seu não-cumprimento - e se posicionaram pela necessidade de organização das mulheres metalúrgicas para travarem uma luta comum com os trabalhadores que enfrentam muitos problemas semelhantes. Como tarefa imediata, a fim de dar continuidade ao Congresso, as metalúrgicas levantaram a necessidade de alertar as companheiras de fábrica e dobrar seu número no próximo encontro do dia 28. Lembraram, ainda, o caso da Maxwell onde os operários acabaram de fazer uma greve vitoriosa contra o atraso de salários e, adiantando-se ao tema tratado no dia 28 (sobre sindicalismo), colocaram-se a favor da contratação coletiva e de um sindicalismo atuante.

A maioria dos grupos, no entanto, levantou as questões que particularmente as afligem, tais como: a necessidade (imediata) de equiparação salarial com o homem (em média a mulher metalúrgica recebe 60% a menos que o homem pelo mesmo tipo de trabalho); as péssimas condições de trabalho e higiene que enfrentam; as punições frequentes; o controle, pelas chefias, das idas ao banheiro; o transporte ineficiente; as horas extras obrigatórias, sempre seguidas de ameaça de demissão para aquelas que se recusam a executá-las; o aumento constante da velocidade das máquinas, obrigando-as a sempre dar maior produção; a falta de estabilidade no emprego (gravidez e casamento foram apontadas como causas básicas para as demissões); a existência do que elas denominam de "medida de produção" que, para qualquer doença, têm sempre o mesmo tipo de remédio; o preconceito de cor; e o "medo" "cantadas" dos chefes a que estão expostas diariamente.

Todos os grupos se colocaram contra as horas extras e o trabalho noturno. Uma operária da Anteb disse: "O que nos leva a fazer horas extras são os baixos salários, o medo de perder o emprego e a intimidação pela chefia. Mas achamos que as horas extras nos impedem de ter o descanso necessário para uma nova jornada de trabalho, nos impedem de estudar, de nos profissionalizar e de um convívio efetivo com os nossos familiares". Avançou, ainda propondo a "diminuição da jornada de trabalho para a mulher, pois esta executa uma dupla função" (o serviço doméstico e o "trabalho produtivo"). Outras reivindicações feitas, como a necessidade de médicas ginecologistas nas indústrias, creches, o fim das compensações trabalhistas, a criação de um departamento feminino no sindicato.

19 operários foram demitidos porque estavam mastigando

Embora se tratasse de um Congresso que discutiria os problemas da mulher metalúrgica, estas não participaram de sua organização. O presidente do sindicato delegou esta tarefa ao departamento jurídico e depois a parte da diretoria que, em si, não conta com a participação de nenhuma mulher. O coordenador geral do Congresso, Paulo Vidal, achou melhor modificar os planos iniciais do congresso, que pareciam mais abertos: os depoimentos a serem feitos por diversas operárias metalúrgicas e as conferências que seriam proferidas por duas mulheres deixaram de fazer parte da pauta.

As discussões em pequenos grupos posteriores às conferências, sob a coordenação de um monitor e um diretor, tiveram um tempo demasiado restrito, e a exposição dos resumos das discussões foi limitada ao fim do dia. Lamentavelmente, pelo menos no 1º dia, não foram seguidos de sua discussão no plenário, conforme previsto no esquema divulgado, que coloca nas mãos da diretoria do sindicato a retomada e valorização dos problemas e sugestões ali levantados e sugeridos.

Propostas no sentido de trazer mulheres para ajudar na sua preparação como metalúrgicas de outros sindicatos ou mulheres que pesquisassem o tema - não foram aprovadas.

O mesmo aconteceu em relação aos temas de discussão. De início estavam previstos quatro temas: "A mulher e a legislação trabalhista", "A mulher no trabalho", "A mulher e o lar" e "A mulher e o sindicato". O penúltimo tema, no entanto, foi eliminado, apesar de abordar um dos problemas centrais de toda mulher que trabalha fora de casa e continua acumulando tarefas domésticas, numa dupla jornada de trabalho. Entender de Marly Cardone, advogada trabalhista e professora da USP, presente ao Congresso como observadora, este aspecto não teria sido discutido no encontro porque o Congresso foi organizado pela diretoria do sindicato que é composta em sua totalidade por homens e estes "tiveram receio de um certo tipo de conscientização das trabalhadoras, especialmente naquilo que possa abalar a condição deles, de homens com vantagens". No mesmo sentido argumentava uma operária: "Polimatic:

"Eu notei desde o começo que não tem nem uma professora, nada. Deveria ter mulheres na mesa. Tem homem demais para tratar de nossos problemas, que, se fossem discutidos por uma mulher, poderia ter o benefício mais a gente. Por exemplo, eu moro com a minha família e não tenho que trabalhar em casa; agora, essas coitadas que são casadas, essas aí não têm vida. Sem da firma; é um inferno: enfrentam o trabalho na casa, que é também obrigação. Isso deveria ter sido discutido".

Apesar das críticas, ao final do 1º dia do Congresso (dia 22), o clima no Sindicato de São Bernardo era de euforia. Joana, uma das participantes, elogiava o ambiente de camaradagem e prometia "voltar sempre ao sindicato e trazer mais colegas". Antes do encerramento, um último incidente: Terezinha Zerbini, do Movimento Feminino pela Anistia, tentou que o Congresso das Metalúrgicas aprovasse uma moção de apoio à anistia, dizendo que "anistia é justiça e liberdade, e liberdade todos nós queremos". Mas julgando talvez seu pedido inoportuno, a mesa do congresso não o levou em consideração.

TRABALHADORAS

A discriminação comprovada

A média salarial dos metalúrgicos é atualmente de Cr\$ 3.864,00. No entanto, calculando separadamente, o salário médio dos homens subirá para Cr\$ 5.600,00 enquanto para as mulheres cairá para Cr\$ 3.466,00; este é um dos aspectos mais interessantes da pesquisa efetuada pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - sobre emprego e salário entre os 110 mil trabalhadores de São Paulo e Diadema (dos quais 20 mil são mulheres) para o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica.

Os dados acima escamoteiam, no entanto, a diferenciação de salários e o fato de que mais de 66% dos homens e 84% das mulheres ganham menos que a média da categoria. A análise do DIEESE feita com base nas apurações do Ministério do Trabalho demonstra, também, que entre 1970 e 1977 caiu a proporção de trabalhadores metalúrgicos que recebem até 2 salários mínimos. O contrário ocorreu com as trabalhadoras metalúrgicas, cuja proporção aumentou nesta faixa salarial, em período idêntico. A discriminação em relação a essas trabalhadoras acentua-se quando se leva em conta as exigências maiores em termos educacionais. Assim, a proporção de mulheres com primário, ginásio e/ou colegial completos, ganhando até 2 salários mínimos cresce mais que a de homens. Dados estatísticos do DIEESE comprovam o fato: em 1970, 9,3% dos trabalhadores do setor ganhavam até 2 salários mínimos, subindo para 9,5% em 1975. A proporção de mulheres nas mesmas condições, em período idêntico, passou de 22,0% para 27,1%. Em 1970 havia 1,6% de metalúrgicos com curso superior completo ganhando até 2 salários mínimos, elevando-se a proporção para 5,9 em 1975. Para as mulheres com igual escolaridade, no mesmo período, a proporção aumentou de 8,3% para 20,2%.

Outros dados interessantes levantados pela pesquisa. Para as mulheres, o setor de Material Elétrico é o que paga salários mais baixos, ao mesmo tempo em que é o setor que mais emprega mão-de-obra feminina em relação ao número de homens empregados (1 mulher para cada 4 homens). Em seguida, em termos de salários, vem o setor de Mecânica, que também está em 2º lugar em aproveitamento da mão-de-obra feminina (1 mulher para cada 7 homens); em 3º, as Oficinas (1 mulher para cada 10 homens); em 4º a Automotobilística (1 mulher para cada 13 homens) e por último, o Metalúrgico (1 mulher para cada 15 homens). Existe, assim, uma correlação direta entre o aproveitamento da mão-de-obra feminina e o rebaixamento de salários.

A pesquisa do DIEESE comprovou em termos estatísticos o que foi denunciado no 1º Congresso das Mulheres Metalúrgicas: a desigualdade entre os trabalhadores de sexos diferentes e as discriminações que sofrem as operárias (maiores exigências educacionais sem a oportunidade de aumentos salariais).

Na verdade, o que foi constatado para os 110 mil metalúrgicos do setor reflete em maior ou menor escala o que vem acontecendo em termos globais na sociedade brasileira. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE de 1973, mostram que a mulher tem se submetido a uma remuneração mais baixa que a do homem. A pesquisa mostrou que a grande maioria das trabalhadoras (54,8%) ganha em entre zero a 1 salário mínimo, enquanto na mesma faixa de renda a participação masculina era de 39,4%. A tendência se inverte à medida em que as faixas de renda sobem. Assim, no ponto mais alto da escala de renda (acima de 30 salários mínimos) tinha-se 0,3% dos homens e apenas 0,005% das mulheres. (Amneris Maroni)

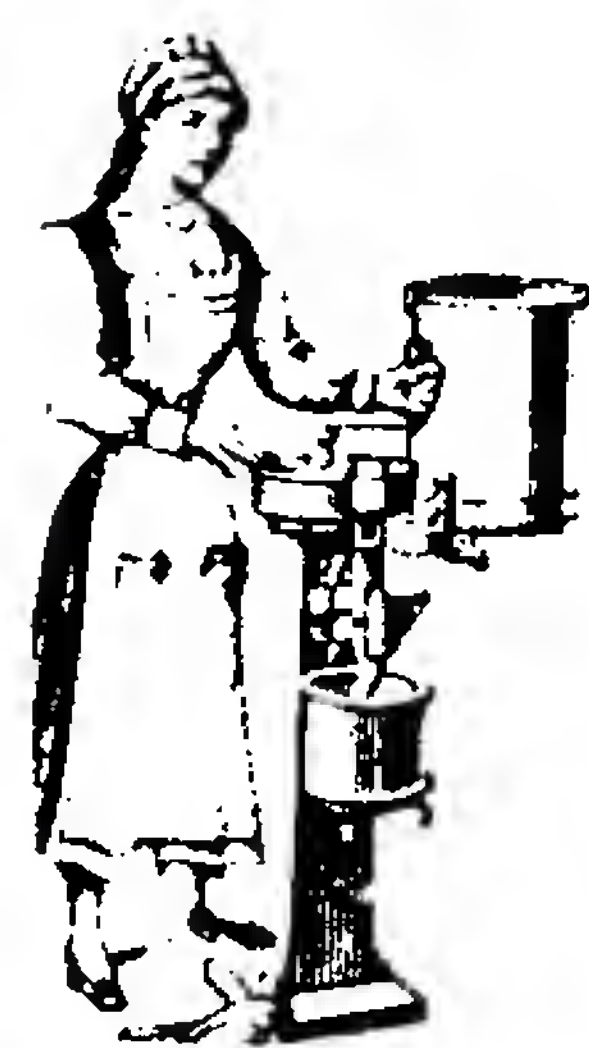


Falam as metalúrgicas

O que pensam as operárias sobre as horas-extras, o trabalho noturno, o relacionamento com os chefes, os salários que recebem e as tarefas domésticas

Reunidas em pequenos grupos espalhados pelas salas do Sindicatos, as operárias que participavam do primeiro dia do Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema tiveram a oportunidade de discutir e debater seus problemas e suas aflições. Seus depoimentos não se limitaram às duas perguntas propostas pelos dirigentes do Congresso: A sua fábrica respeita a legislação trabalhista? O que você acha que deveria ser incluído na legislação trabalhista?

As metalúrgicas falaram muito das condições de trabalho na fábrica, mas discutiram também as relações do trabalho nas fábricas com o trabalho doméstico, já que a maioria delas - como a maioria das mulheres brasileiras que trabalha fora de casa - também são donas-de-casa.



"Quem se recusa a fazer hora-extra, os chefes começam ameaçando, depois vão trocando a pessoa de lugar, de seção, pra ver se ela se demite. No outro dia, eu me recusei a dar hora-extra. A gente sacrifica a casa, eu estava cansada, com minha filha doente. Normalmente eu me recuso a fazer hora-extra, ele sempre pressiona. Diz que vai dar gancho (sus-

pensão). Eu sei que não pode, que é contra a lei, mas ele tenta forçar todo mundo a dar hora-extra".

"Na minha fábrica, mês passado, estavam despedindo gente e obrigando o resto a fazer hora-extra. Então no fim, tua hora-extra acabou sendo o desemprego de outros dois companheiros. Na Volks, onde eu trabalho, de setembro a dezembro foi hora-extra todo dia".

"Na Resil, além da gente ganhar uma mixaria, que é menos ainda do que ganham os homens, acabaram essa semana com o prêmio de produção. E até no aumento a gente sofre mais. Quer dizer, algumas chamam de aumento eu chamo de esmola. Deu até vontade de jogar na cara deles. Faz dois meses, deram um cruzeiro de aumento para os homens, e para as mulheres 50 centavos. Só fazendo hora-extra!"

"Eu acho que tinha também que igualar o salário. Sou inspetora, e inspetor na fábrica ganha Cr\$ 19,00 por hora; eu ganho 9. E homem não fica olhando peça por peça que nem eu faço, mesmo porque eles não têm essa rapidez. Eu tenho a mesma função que eles, é uma coisa absurda".

"Estou na firma há oito anos e meio. Há 4 anos que eu trabalho na solda. O resto da seção é homens. Eu produzia 100, 110, depois baixei para 88 peças. E os homens era 68, 70. O negócio de mulher produzir mais que o homem é porque ela é mais medrosa que o homem. Fica com medo do chefe, medo de levar bronca, parece que tem vergonha. Os homens, quando chega no fim da discussão, às vezes apelam e dizem pro chefe: "vou te esperar lá fora". Quem não tem medo? Agora, se mulher disser isso pro chefe... Agora não tô mais trabalhando lá, abri um processo contra a firma. Nos 4 anos que eu tava na solda, os homens que trabalhavam comigo ganhavam Cr\$ 10,50, Cr\$ 11,50 - agora estão com Cr\$ 14,00 (a hora) - eu tava com Cr\$ 6,50. Quando eles estavam com 10,50, eu estava com 6,

Quando eles estavam com 11,50, eu passei pra 6,50. Sabe o que é? Eles trabalham uns 6 meses, não precisam nem pedir pro chefe, o chefe já diz "amanhã, você traz sua carteira, que vai passar pra oficial". Quando classifica, já fica oficial, já vem aumento como profissional. Eu, com 4 anos, nunca fui classificada. E agora que estou começando a procurar emprego, isso vai me atrapalhar. Quem vai acreditar em mim? Isso sem falar no processo. Ah, não tive dúvida: abri o processo mesmo sabendo que seria despedida. Levei as duas testemunhas que precisava: uma delas era o meu colega que trabalha na mesa ao lado e que foi lá dizer que a gente fazia a solda igualzinho, trabalhando com o mesmo tipo de peça. Ai sabe quem eles levaram de testemunha? Meu chefe que mentiu que eu fazia um trabalho diferente, por isso que eu ganhava menos. Então ficou a palavra de meu chefe contra a das mi-

nhas testemunhas. Adivinha como vai ficar. Mas a justiça tinha que tirar uma prova, mandar fazer o trabalho lá na frente deles, para ver quem fala a verdade. Até pedi pra me fazerem um exame, ou ir lá ver, sei lá. Não é justo não ter o registro certo na carteira e a gente ganhar menos quando trabalha igual - e faz até mais".

"Ainda tem o problema da gravidez. Eu já acho que foi uma vitória muito grande ter conseguido estabilidade durante a gravidez. Mas como eles não podem mandar embora, eles forçam você a desesperar e pedir a conta. A maioria das firmas não manda para o pré-natal antes de 5 meses. E sei de dois casos: eu e mais uma moça, que aos 3 meses perdemos a criança por isso. Esse negócio que durante a gravidez é obrigado a dar trabalho que não prejudique a criança deve ser muito esclarecido, que a maioria não sabe. Isso sem falar de creche, então!"

"Eu tenho 9 anos e meio de firma. Na Ardeb. Tem 6 caras que tem o mesmo tempo de trabalho que eu e que ganham mais que eu, todos eles. O chefe fala: você falta. É claro que tenho que faltar. Eu tenho filha, quem leva pro médico? E se eu não sirvo, porque então não me despedem de vez? Conversa dele, que eu dou até mais produção que os outros!"

"Na minha seção é assim: só temos direito a dez minutos no banheiro. Com chapinha, uma de cada vez, a gente controlando o tempo. Não adianta você passar mal, nada. Pros homens não é assim. Até o banheiro, gente, é demais!"

"Não, humilhação é demais. Como lá na Metagal. Os vestiários das mulheres são trancados. Acontece que a gente está na seção, e de repente acontece alguma coisa inesperada (menstruação). Chego lá no vestiário, já tem que procurar a faxineira pra ver se ela abre a porta. Daí a pouco, o chefe está atrás de você. E na seção, quer saber porque você saiu, onde foi, porque. A gente explica, ele se faz de desentendido. A gente fala direitinho o que foi, ele se faz de surdo. Na seção tem homens também. E a gente tem que dizer muito claramente e muito alto que foi no vestiário porque a menstruação veio".

"Na Carfriz tive um acidente na prensa depois de um ano e meio de firma. Voltei a trabalhar depois. Perdi os 3 dedos da mão. Tinha que ir no INPS e descontavam mesmo assim o dia. Foi numa peça que perdi a mão. E quando aconteceu o acidente, eles falaram que foi por descuido. Mas nunca fui chamada a atenção por descuido. A falta foi de segurança. A máquina tinha dado defeito fazia uma semana, e todo dia eu avisava. Um dia antes do acidente, a máquina parou 10 vezes. Ai no dia seguinte, fiz 3 peças e trabalhava com as duas mãos, uma por cada mão. Na 4ª peça, arreventou a máquina na minha mão."

Depois que eu voltei, foi uma dificuldade acertar um trabalho qualquer. Ainda estamos discutindo. É que não podem me mandar embora, então querem que eu peça a conta. Eu fiz dois anos de administração, já fiz arquivo, pedi pra me pôr no arquivo, mas querem me pôr na supervisão da embalagem. Eu nunca vi embalagem na vida!"

"É, segurança e salubridade. Eu te conto! Eu trabalho na Polimatic. Trabalho com cola, com benzina, ácido, e eles só dão um pouquinho de leite por dia. De manhã. À tarde, não".

"Eu tenho uma amiga solteira. Você tem que pegar peças quentíssimas e mergulhar na água fria. A pessoa fica com reumatismo, com alergia, manchas no corpo, aquilo ataca, a pessoa emagrece, fica... Dá tuberculose, atrite. E não pagam nem 20% de insalubridade. Dão leite, mas acho que não deve adiantar muito, o leite é só água..."

"Tinha é que diminuir a jornada de trabalho. Se os médicos dizem que o máximo que o corpo da gente aguenta é oito horas, então tinha que ser oito horas mesmo".

"Mas agora diz que tão querendo pôr a mulher à noite. A Volkswagen diz que vai pôr mulher à noite. Diz que vai ser lei."

Mas pra gente que é mulher, trabalhar à noite é pior ainda. A gente não descansa. Quando chega em casa, cai na cama e não consegue dormir. Não: chega e tem todos os problemas do trabalho da casa esperando."

(Depoimentos coletados por Rachel Marçal)



CUSTO DE VIDA

A campanha cresce

Na região do M'Boi, em São Paulo, 600 pessoas participaram do lançamento da campanha e cantaram músicas de Vandrê e Luiz Gonzaga

Quinze faixas espalhadas pelas ruas, 300 cartazes, 4 mil folhetos e outros anúncios menores distribuídos em pontos de ônibus e em feiras levaram 600 pessoas à Capela de Socorro no domingo 23 de janeiro, para o lançamento do abaixo-assinado do Movimento do Custo de Vida na região do M'Boi Mirim, Zona Sul de São Paulo. Dez padres e pastores de diversas igrejas participaram do programa: um culto ecumênico, apresentação de grupos musicais de comunidades, da Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e do cantor e compositor Adoniram Barbosa.

O Movimento pretende juntar assinaturas para um grande abaixo-assinado e encerrar a campanha com uma grande assembleia para o recolhimento das listas que deverão ser encaminhadas ao presidente da República, ministros e outras autoridades. Pedem o "congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade, aumento de salários maior do que o aumento do custo de vida, abono salarial imediato e sem descontos para todas as categorias de trabalhadores".

Só na Cidade Dutra, onde o abaixo-assinado foi lançado um pouco antes - no fim de dezembro - já foram recolhidas 9 mil assinaturas. Em M'Boi Mirim, cerca de 17 bairros deverão ser 100 mil. Atualmente as listas estão correndo

por Cupecê, região Sudeste, Zona Leste 1 e 2 e em várias outras áreas menores, segundo integrantes da Comissão Central do Movimento.

A proposta do abaixo-assinado surgiu entre os próprios moradores da periferia, a partir da assembleia de junho de 1976, realizada com mais de 4 mil pessoas. As reivindicações da época não foram atendidas mas o êxito obtido com o número de participantes incentivou a continuidade do Movimento. E a discussão de novas táticas. De lá para cá o trabalho se estendeu por quase toda São Paulo, Belo Horizonte, Nova Iguaçu, Bahia e Campinas.

O encontro da Capela do Socorro foi o primeiro com outros atrativos, além da discussão pura e simples do problema do custo de vida. Começou e encerrou com todos cantando músicas conhecidas de Roberto Carlos, Geraldo Vandrê e Luiz Gonzaga. Com um mínimo de discursos. Num deles um dos pastores justificou a necessidade da Igreja apoiar o Movimento:

- A religião era usada como fator de alienação do homem. Agora a Igreja cristã descobre que o papel dela não é só preparar o homem para o céu. Mas também para a vida na terra. Porque onde o homem for mais homem, Deus será mais Deus. (L.A.)



Jornal: O S/A

Data: 10/02/78

Pag.

Pasta n.º

N.º do recorte

CSP 4a10/2/78

A mulher metalúrgica discute seus problemas

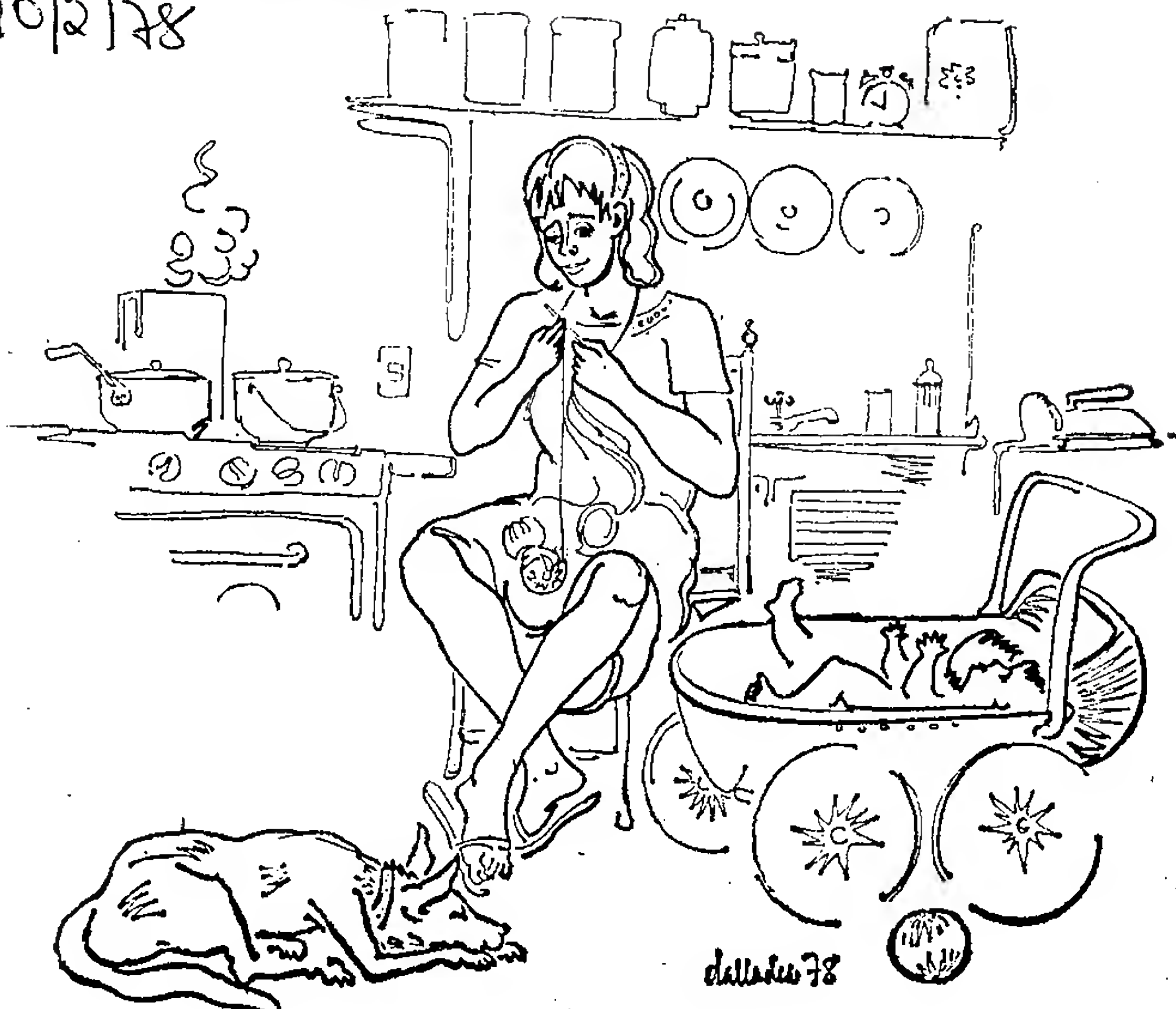
Por que a mulher recebe um salário menor do que o homem que faz o mesmo trabalho?

Esta é a pergunta que o Grupo Economia e Povo procura responder na página 9, a partir de diversas observações feitas durante o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, realizado recentemente. E mostra que pelo fato da mulher trabalhar para ajudar o sustento da família, ela se submete a receber um salário pequeno, submissão que é aproveitada pelas empresas.

E o que é pior: ao concordar com um pagamento inferior ao do salário do homem, a mulher concorre sem

perceber para que os salários dos homens sejam rebaixados, pois os empregadores não concordarão em aumentar o salário do homem.

Na página 10 você encontra um outro artigo sobre o Congresso da Mulher Metalúrgica, feito pela professora Silvia Pimentel, sobre o poder disciplinador na empresa, mostrando que esta disciplina — feita de coisas aparentemente pequenas como a proibição de conversas, o controle de tempo das idas ao banheiro, a inexistência de horário para o café — é na verdade uma forma de aumentar a força física para a utilidade, diminuindo-a para a participação política.



Trabalho feminino

GRUPO ECONOMIA E POVO

Uma das realidades do tempo presente é o fato de a mulher estar cada vez mais trabalhando fora de casa. É importante falar em trabalho fora de casa, pois a mulher sempre trabalhou e a ela até hoje é confiado um grande número de tarefas domésticas.

Por que a mulher trabalha fora? Para muitas, trabalhar fora significa ajudar a sustentação da família, já que o salário do marido, pai ou irmãos não é suficiente para atender às necessidades. Como esse salário vem ajudar às despesas da casa, muitas mulheres se sujeitam a receber pouco em troca do seu trabalho. Essa submissão das mulheres é aproveitada pelas empresas. No I.º Encontro da Mulher Metalúrgica, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, nos dias 21 e 28 de janeiro, foi apresentado um estudo que demonstra que metade dos homens recebe um salário que é o dobro do salário recebido por metade das mulheres.

Essa é uma coisa muito séria. Um dos principais direitos do trabalhador é trabalho igual, salário igual. No entanto, a mulher pode realizar um trabalho semelhante ao do homem e nem por isso recebe um salário igual. Ao concordar com um pagamento inferior ao do salário do homem, a mulher concorre sem perceber para que os salários dos homens sejam rebaixados, pois os empregadores não concordarão em aumentar o salário do homem.

Vejam o que aconteceu com o cobrador de ônibus. Antigamente, para ser cobrador de ônibus, era necessário fazer um curso, conhecer as ruas da cidade, fazer troco, li-

dar com o público, etc.. Em troca, o salário do cobrador era maior do que o salário-mínimo. Quando as autoridades do trânsito aboliram o curso para o cobrador, as empresas passaram a pagar menores salários — em geral pagam o mínimo. Daí passaram a contratar mulheres. Hoje, vemos cada vez menos aqueles antigos cobradores que eram conhecidos por todos os moradores do bairro. As empresas os despediram, pois é mais barato utilizar mulheres ou menores como cobradores.

A solução não é despedir as mulheres. É fazer com que as mulheres ganhem como os homens.

Mas essa igualdade de salários não vai cair do céu. No Congresso da Mulher Metalúrgica, muitas trabalhadoras disseram que as mulheres são menos unidas do que os homens e que, portanto, é difícil conseguir que todas se juntem em defesa dos seus interesses.

Por exemplo, há algumas categorias como os têxteis, os alfaiates (e costureiras), os comerciantes, os professores em que as mulheres são maioria. No entanto, é só ir a uma Assembléia de Salários de um desses Sindicatos e verificar que estão presentes mais homens do que mulheres. As metalúrgicas de São Bernardo concluíram que é preciso participar de todas as campanhas dos demais trabalhadores.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

As trabalhadoras metalúrgicas demonstraram que as condições de trabalho da mulher são ainda piores do que as condições de trabalho do homem. Todo trabalhador está sujeito à obrigatoriedade das horas ex-

tras, ao trabalho perigoso, ao ritmo intenso das linhas de produção, à rotatividade da mão-de-obra. No entanto, a mulher ainda sofre mais. Grande número de chefes transmite suas ordens aos berros, humilhando a mulher. A ida ao sanitário é controlada por chapinhas e houve denúncia de empresas que encham o banheiro de uma quantidade exagerada de inseticidas para que as mulheres evitem usar as instalações, pois aspirar aquele cheiro provoca tonturas ou enjoos. Também se queixaram da falta de locais para fazerem suas refeições.

Lembraram as congressistas que a mulher tem também a tarefa de criar a classe trabalhadora do futuro, através de seus filhos. No entanto, não há condições de ser mãe e trabalhar ao mesmo tempo. A lei fala que a trabalhadora deve dispor de creches para abrigar seus filhos enquanto trabalha. Mas não há creches nos bairros operários ou nas proximidades das fábricas. Portanto, ou a mulher deixa de trabalhar ou priva seu filho do leite materno e confia-o ao cuidado de um parente vizinho. A medida que a criança cresce o problema continua, pois a escola representa ocupação de apenas duas ou três horas diárias.

E a mulher não trabalha somente fora de casa. Após o trabalho na fábrica, resta-lhe cuidar da casa, da roupa, da co-

mida, por mais que encontre ajuda nos filhos mais velhos e, em alguns casos, infelizmente ainda raros, no marido.

CONCLUSÕES DO CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA

No final do Congresso, as principais conclusões tiradas pelas mulheres presentes foram:

a) Participar de todas as lutas do demais trabalhadores;

b) Como mulheres, lutar para que a mulher tenha o mesmo salário e as mesmas condições de trabalho do homem e para que sejam criadas condições sociais que permitam que a mulher trabalhe sem prejuízo de sua vida familiar, tais como creches, escolas-parques e outras iniciativas que reduzam o tempo dispendido em atividades domésticas;

c) Denunciar que algumas modificações que se pretendem fazer na legislação que rege o trabalho da mulher, tais como permitir a participação da mulher em trabalho noturno ou insalubre, não significam igualdade com o homem, mas são forma de facilitar o rebaixamento do salário de todos os trabalhadores.

Corajosamente, afirmaram que, diante das atuais dificuldades de atuação do Sindicato em defesa dos interesses dos trabalhadores, essas modificações só atenderiam ao interesse das empresas. Ou seja, mudanças na legislação do trabalho devem ser precedidas de liberdade sindical.

Metalúrgicas e poder disciplinador na empresa

(PROF.^a SILVIA PIMENTEL DA PUCSP)

Enquanto estudiosa do problema social e jurídico da mulher —
acompanhei toda jornada de trabalho do
I Congresso da Mulher Metalúrgica de
São Bernardo do Campo e Diadema.

O entusiasmo com que as metalúrgicas participaram de
palestras e discussões de grupos revela com evidência
a importância que tem para o ser humano falar e ser ouvido como um momento
de sua tomada de consciência enquanto sujeito de direitos que serão
conquistados quando esta voz que fala tornar-se palavra
solidária que age e constroi.

Durante horas, 240 operárias divididas em 12 grupos
falaram dos principais problemas que as afligem.

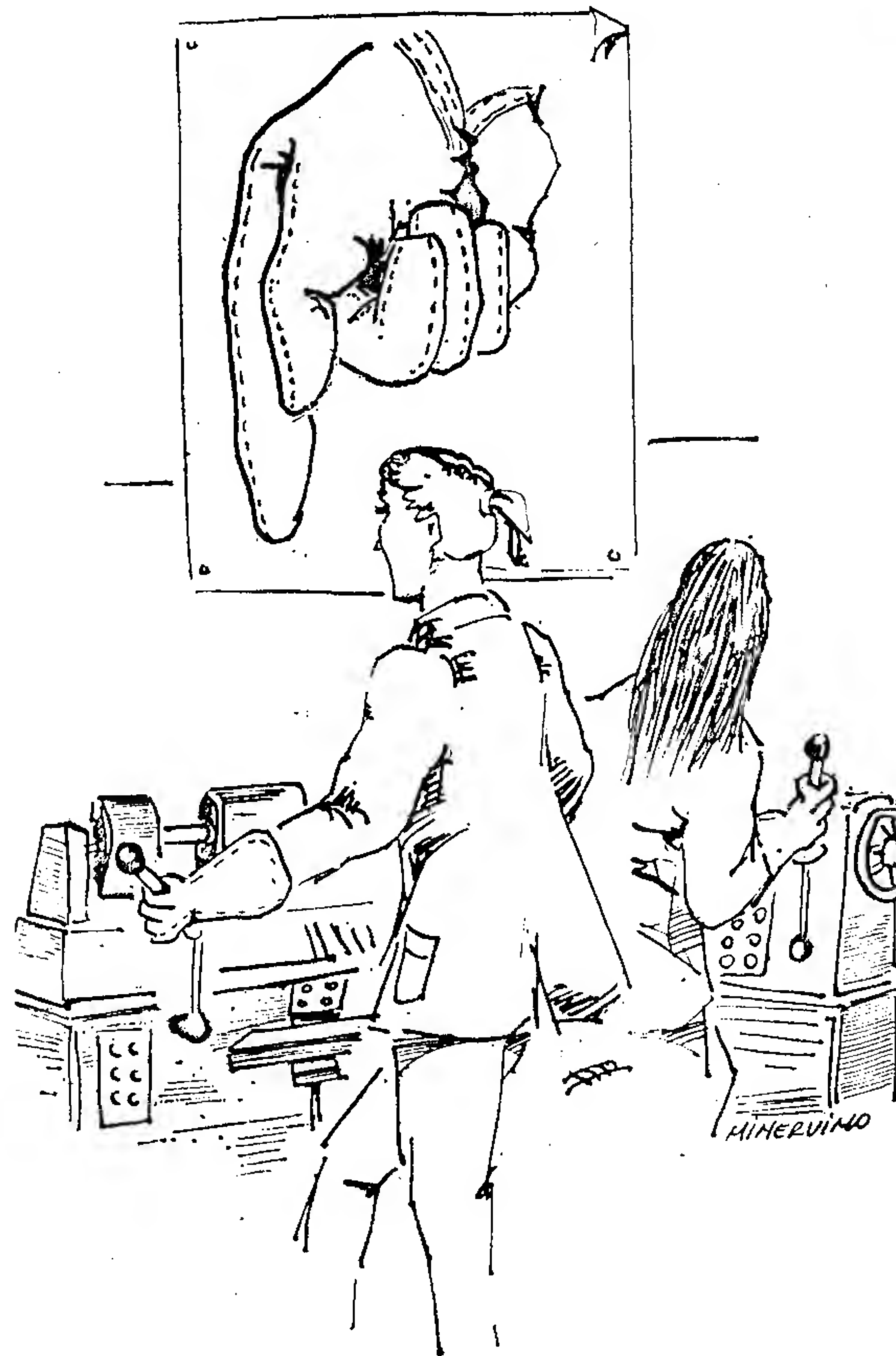
- "Gritam e ameaçam com suspensão
quando a gente não quer fazer hora-extra".
- "A mulher não pode conversar, com os homens é diferente".
- "Acho importante a lei que protege a gravidez
mas eles forçam até desesperar a gente pra que a gente peça a conta".
- "Os homens sempre ganham mais que nós".
- "Controlam o tempo da gente no banheiro dando chapinha (ficha)".
- "Botam desinfetante tão forte no banheiro que algumas até desmaiam.
Isto é pra gente não ficar à vontade".
- "A humilhação é horrível. Às vezes o chefe força a gente
a explicar, a falar diretamente, só pra gente passar vergonha".
- "Não dão horário pro café.
A gente leva e toma escondido enquanto trabalha".
- "Na minha fábrica acho que é onde tem mais acidentes.
Já perdi minha mãe, quando acontece acidente
eles dizem que foi por descuido.
O acidente aconteceu por falta de manutenção.
A máquina já vinha quebrando há uma semana".
- "Na minha fábrica não tem creche (berçário) não adianta pedir".
- "Trabalho noturno é horrível!"

O que foi apresentado:

- 1 — o descumprimento flagrante de normas
constitucionais e trabalhistas
(diferença de salários entre homens e mulheres,
falta de berçários nas empresas, etc.);
- 2 — a existência de normas que favorecem a exploração da mão de obra operária
((hora-extra, trabalho noturno, etc.);
- 3 — a inexistência de normas que garantiriam, ao trabalhador em geral,
uma relação de trabalho mais justa e
garantiriam à mulher trabalhadora igualdade de direitos
em face dos direitos do homem trabalhador;
- 4 — a situação de desrespeito à dignidade humana em que vive o trabalhador
em geral e, em especial, a mulher trabalhadora que arca
não só com os malefícios de uma estrutura social injusta,
mas também com os preconceitos milenares em relação
à subalternidade do sexo feminino;
- 5 — o surgimento da consciência operária feminina
não apenas enquanto reivindicam direitos específicos
à situação da mulher, mas também enquanto participação
efetiva da mulher nos anseios e lutas da classe operária a que pertence;
- 6 — a inversão de valores de um sistema em que o ser humano
que trabalha vale menos do que a produção e o lucro
objetivados pela empresa.

Entusiasmadas, acreditando que "vai dar certo"
e achando o "Congresso legal", as metalúrgicas
ouviram e aplaudiram os relatórios dos grupos

bem como as propostas de solução aos problemas suscitados.



Recentes declarações de empresário paulista ressaltam que as reivindicações do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema revelam apenas falta de compromisso de algumas operárias com uma disciplina absolutamente necessária nas fábricas. Esta disciplina controlaria não apenas as máquinas mas o comportamento daqueles que as operam. Deste modo se evitaria a alta de custos que impediria até o funcionamento da indústria. Pergunta-se então, que validade têm tais afirmações?

Em "VIGIAR E PUNIR" o estudioso francês Michel Foucault desenvolve as idéias de disciplina e sanção normalizadora, que nos ajudam a entender a improbidade das declarações do empresário e a dar razão para as reivindicações das Metalúrgicas. Suas reclamações são aparentemente banais, tocando "necessidades elementares" como tempo de lanche, idas ao banheiro, etc.

AS METALÚRGICAS E O EMPRESARIO

Estudo do DIEESE caracterizou as participantes do Congresso como dentro da faixa de idade entre 18 a 25 anos, solteiras na maioria.

Delas, 73% recebem até 2 salários mínimos e 21% ainda não completou um ano de casa. A maioria esmagadora (96%) trabalha na produção não qualificada e apenas 2% exerce algum tipo de chefia.

Quanto à moradia 54% têm casa própria e o aluguel médio das outras é de Cr\$ 1.030,27.

De outro lado, o perfil típico do empresário paulista já é demais conhecido e dispensa caracterização.

TECNOLOGIA E CONTROLE

Segundo Michel Foucault, a disciplina é uma forma de tecnologia que possibilita o exercício do poder. Ela fabrica corpos submissos e exercitados, aumentando a força física para a utilidade diminuindo-a para a participação política.

Se de um lado, a disciplina procura aumentar as "aptidões" para o trabalho, reduz a energia humana transformando-a em sujeição estrita.

O sucesso desta disciplina industrial se deve ao fato de ser discreta, imperceptível quase. Um olhar duro, superior dos líderes, dos feitores, mestres e supervisores, mantém vigilância constante por todos os lados.

A "sanção normalizadora" concretamente são as penalidades impostas por regras: os gritos, "ganchos", ameaças de demissão, obrigação a trabalhos extraordinários aos sábados compensando atrasos de minutos.

Através de exames a empresa comprova no operário determinado nível de comportamento que se "integraria" (sujeitaria) dentro do espírito da empresa. Esta integração seria oposta à solidariedade operária. Este pequeno sistema penal é paralelo ao sistema penal imposto pelo Estado.

PERSPECTIVAS HUMANIZADORAS

As manifestações das Metalúrgicas são inteiramente válidas dentro deste contexto. Diante do dinamismo da vida social cabe-nos perguntar pelas perspectivas humanizadoras para o trabalho da mulher operária e sua situação na empresa contemporânea. Esta busca de humanização será uma utopia. A disciplina e a ordem são necessárias na medida em que não impedem o encontro humano dentro da fábrica. Por que não tentar fórmulas democráticas, estabelecidas de forma não autoritária pelos chefes, mas sobretudo propostas pela própria comunidade trabalhadora?

TRABALHO DA MULHER E DO MENOR

Companheiros:

O Governo está dizendo que vai propor uma alteração nas leis do trabalho. Uma das modificações é que a mulher vai poder trabalhar de noite. Isso é bom ou é ruim? É preciso pensar bem e estudar.

A gente sabe que a mulher e o menor são mais explorados que o homem: fazem o mesmo serviço, trabalham a mesma coisa e geralmente ganham menos. Por que será que o Governo quer mudar a lei? Vai melhorar ou vai piorar? Antes de discutir esse assunto, vamos ver o que a lei diz sobre o trabalho do menor e da mulher.

O trabalho do menor

A Constituição (que é o conjunto de leis mais importante do Brasil) diz:

- O menor de doze anos está proibido de trabalhar;
- entre doze e dezoito anos é permitido o trabalho do menor, mas não em indústrias insalubres ou em horário noturno.

As garantias da CLT

Aos menores em geral é proibido o trabalho:

- a) noturno, isto é aquele realizado entre 22 horas e 5 horas do dia seguinte;
- b) nos locais e serviços perigosos ou insalubres;
- c) em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

Além desses proibições, o artigo 403 da CLT diz que o menor de 14 anos tem de ter as seguintes garantias:

- a) frequência à escola primária;
- b) serviços de natureza leve.

O salário do menor

Diante da lei o menor é como qualquer trabalhador, a não ser que esteja registrado na Carteira como aprendiz. Além das proteções estabelecidas acima, o menor tem direito à equiparação de salário com o adulto, nas condições de todos os trabalhadores (veja a reportagem anterior sobre salários). O salário mínimo do menor é o salário mínimo regional que funciona para o adulto. O que muitas empresas fazem pagando salário mais baixo, é simplesmente um desrespeito aquilo que manda a legislação.

O menor aprendiz

Não é qualquer serviço que exige um período de aprendizagem. A maioria das tarefas podem ser ensinadas em dois ou três dias de trabalho, o que não justifica o registro do trabalhador como aprendiz.

Para poder registrar uma pessoa como menor-aprendiz, a empresa precisa de uma licença especial da DRT (Delegacia Regional do Trabalho). Tem de existir um programa de aprendizagem conforme as normas do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com um prazo (nunca superior a 3 anos), e descrição daquilo que vai ser ensinada. A Delegacia Regional do Trabalho tem de fiscalizar se esse programa está sendo cumprido. Na Carteira de Trabalho do menor tem de ser registrado que ele está cumprindo um contrato de aprendizagem, com duração de tantos meses.

Só nesse caso, e havendo registro na Carteira, o menor é um aprendiz, e a empresa pode pagar menos que o salário mínimo do adulto. Por exemplo, se o contrato de aprendizagem é de 8 meses, na primeira metade (4 meses) o salário mínimo do aprendiz é de 50% do salário regional. Na segunda metade, o salário mínimo do aprendiz é de dois terços do salário mínimo regional.

A empresa que exige trabalhadores especializados, tem de ter menores aprendizes matriculados no SENAI, entre 5% e 15% do número de seus trabalhadores especializados. O aprendiz nessas condições, é obrigado a frequentar as aulas do SENAI, perdendo os salários dos dias em que faltar, podendo ser despedido por justa-cause, se não tiver aproveitamento suficiente.

O rendimento escolar teoricamente também é protegido pela lei (art. 424) no caso do menor. Os pais e responsáveis devem estar atentos, e afastar o filho de empregos que diminuam o tempo de se dedicar ao estudo. O patrão, por sua vez, está obrigado a conceder o tempo necessário para o menor frequentar as aulas (art. 427), ajustando, por exemplo, seu horário de trabalho.

Hora Extra do menor

A lei ainda é mais rigorosa para o menor do que para o adulto. Só excepcionalmente a jornada do menor pode ser prorrogada. Menor não pode fazer extra.

Se, por motivo de força maior, o menor tem de fazer extras, a empresa tem de comunicar à autoridade dentro de 48 horas. Além disso, tem de pagar pelo menos 25% de acréscimo, dar 15 minutos de intervalo (não remunerados) depois da jornada normal de trabalho e não pode ultrapassar nunca 12 horas de trabalho no dia.

Situações especiais

Quando o menor é aprendiz-estagiário, pode trabalhar em local insalubre, desde que tenha mais de 16 anos e a empresa tenha autorização do Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho. Nesse caso, é obrigatório exame médico de 6 em 6 meses.

As atividades em cinemas, boates, teatros e circos são consideradas prejudiciais à formação moral do menor. Elas só podem ser feitas com autorização do Juizado de Menores, e quando necessárias para o sustento do menor ou de parentes próximos.

Se for verificada uma situação de trabalho prejudicial ao menor, o responsável (ou o juiz de menores) pode exigir mudança de função. O patrão é obrigado a dar facilidades para o menor mudar de serviço que lhe for prejudicial. Se não quiser atender, o contrato fica rompido, sendo o empregador obrigado a pagar todos os direitos como se tivesse mandado embora sem motivo.

Mesmo o menor tendo assinado todas as recibos de pagamento, a lei exige a assinatura do pai ou responsável no momento do acerto de contas; o recibo de quitação tem validade somente com essa assinatura.

O trabalhador em geral tem o prazo de dois anos para reclamar um direito na Justiça do Trabalho. No caso do menor, esse prazo só começa a correr depois que ele fizer 18 anos. Assim um trabalhador de 19 anos pode apresentar reclamação na Justiça contra qualquer patrão para quem trabalhou.

O trabalho da mulher

A Constituição, que é nossa lei mais importante, também estabelece algumas proteções especiais para a mulher:

- Não pode haver diferença de salário para trabalho de igual valor, prestado por homens ou mulheres;
- A mulher não pode trabalhar em serviços insalubres;
- Antes e depois do parto, a gestante tem direito a descanso remunerado, sem prejuízo do emprego ou do salário;
- Proteção à maternidade.

Hora Extra da mulher

Como no caso do menor, a lei é mais rigorosa no caso de extras. A jornada normal é de 8 horas por dia, 48 por semana. Se houver um acréscimo de horas num dia (no máximo duas), tem de ser compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite de 48 horas semanais.

Quando existe compensação para não ultrapassar as 48 horas semanais, não existe acréscimo (compensação é trabalhar mais de 8 horas de 2.ª até 6.ª feira, para não trabalhar sábado, por exemplo. Leia a reportagem anterior sobre horas extras). Mas para ser legal a prorrogação, tem de haver um acordo coletivo, entre patrões e trabalhadores através do sindicato. É necessário também que a mulher tenha autorização médica de uma instituição oficial.

Quando não existe acordo coletivo para a compensação de horário, excepcionalmente, e por motivo de força maior, a mulher pode trabalhar mais de 48 horas por semana. Nesse caso, as horas extras serão pagas pelo menos com 25% de acréscimo.

Trabalho Noturno

Em princípio a mulher não pode trabalhar de noite. O trabalho noturno é permitido só em alguns serviços especiais (como em casos de saúde, escolas, radiotelegrafia, etc.). Nesses casos, a mulher tem de concordar por escrito, tem de fazer um exame com médico oficial autorizando esse horário, e a autoridade tem de ser comunicada.

Se forem cumpridas essas exigências, a mulher, por exceção, pode trabalhar de noite. Além disso a mulher, ou o homem, trabalham só sete horas e recebem como se tivessem trabalhado oito (porque no horário noturno a hora tem só 52 minutos e meio, e não 60 minutos — veja mais explicações na reportagem anterior sobre horas extras e horário noturno).

Trabalho pesado

É proibido o trabalho da mulher em serviços considerados muito penosos, como nos subterrâneos, pedreiras, atividades perigosas ou insalubres. Além disso é proibido empregar mulheres em tarefas que exigem grande força muscular (por exemplo: levantar mais de 20 quilos).

As empresas devem dispor de boas condições de higiene, de bebedouros, de vestiário com armários individuais, e também recursos de proteção como óculos, mascaras, luvas e roupas especiais.

Leia e divulgue "O São Paulo"

Proteção à Maternidade

A empregada, casada ou solteira, que engravidar, tem direito à licença de maternidade no momento de ter o filho. São quatro semanas de descanso remunerado antes da parto, e oito semanas depois. O pagamento é feito pelo patrão, mas com dinheiro do INPS, que desse modo procura evitar que as empresas contratem só homens ou mulheres solteiras.

A trabalhadora tem direito ao salário-maternidade, mesmo se for despedida antes de ter a criança, e independente do patrão saber se ela está ou não grávida. Até se o patrão provar que despediu a trabalhadora por falta grave, nem assim ela perde o direito do salário maternidade.

Leia e divulgue "O São Paulo"

No caso de aborto não provocado, a trabalhadora tem direito a um descanso remunerado de duas semanas depois do aborto.

É proibida a dispensa da trabalhadora por motivo de casamento ou gravidez. A lei diz que essa é uma dispensa injusta, e que o patrão tem de pagar todos os direitos da trabalhadora.

Leia e divulgue "O São Paulo"

Uma velha luta para aumentar a proteção da gestante, é a chamada **estabilidade provisória**. Se ela for aprovada, a trabalhadora não poderá ser despedida durante toda a gestação e até sessenta dias depois de retornar da licença remunerada. Se por acaso for despedida, pode abrir um processo, exigindo a reintegração na empresa.

Creches

Quando na empresa trabalham mais de 30 mulheres acima de 16 anos, o patrão tem a obrigação de manter creches para as crianças. Durante a jornada de trabalho a mulher tem direito a dois descansos especiais, de meia hora cada um, para amamentar seu filho. São períodos de descanso dentro do horário de trabalho.

Essa exigência de creches pode ser atendida também através de convênios com entidades especializadas como o SESI, SESC, prefeituras ou sindicatos.

Leia e divulgue "O São Paulo"

Subemprego

A vida está muito apertada. O dinheiro está curto. É comum a mulher procurar um jeito de ajudar o marido a sustentar a casa. Trabalhar na fábrica é um jeito, mas nem sempre os maridos permitem; trabalhar em casa de família é outro jeito.

Mm tem um outro jeito adotada por muitas mulheres, o bico.

Tem muito tipo de bico para ganhar dinheiro. Tem fábrica que manda dobrar, pintar, costurar, coletar, colar, etc. O pessoal vai na fábrica, pega o serviço e leva para casa para fazer com as crianças.

O artigo 6.º da CLT protege o trabalho feito em casa. E existem casos em que é possível provar a existência de um emprego, mesmo não havendo nenhum documento assinado. Se isso é possível, dá para abrir um processo reclamando salário mínimo, horas extras, férias, etc. Todos os benefícios que a lei garante para o empregado.

Leia e divulgue "O São Paulo"

Um pouco de história

Na história da humanidade e na história do Brasil, houve um tempo em que todos os membros da família (pai, mãe, filhos) trabalhavam: uns cuidavam da criação, outros iam plantar ou caçar, outros ainda cuidavam do serviço doméstico. Cada um dava sua contribuição para ajudar, de algum modo, o sustento familiar. Cada trabalho tinha o seu valor: homem, mulher ou menor, cada um trabalhava conforme suas condições. Quando a família produzia em comunidade para seu próprio consumo ou para vender no mercado, não havia preocupação com as diferenças entre o trabalho do homem, da mulher ou do menor.

Quando veio o capitalismo, em vez de vender suas mercadorias, as pessoas começaram a vender sua capacidade de trabalho. Então começou a haver uma diferença importante entre aqueles que trabalhavam para fora e traziam o sustento da família, e aqueles que faziam o trabalho doméstico, lavando, cozinhando, educando filhas e, dando condições para as demais trabalharem fora.

Desde cedo o capitalismo fez distinção entre o trabalho do homem, da mulher e do menor. De um modo geral a mulher e o menor recebiam menos, porque se considerava que o seu trabalho tinha menor valor, ou que produzia menos que o homem. Como consequência, desde cedo o trabalho da mulher fora de casa foi considerada de importância secundária para o sustento da família. O menor, então, nem se diga. Só largava o estudo para trabalhar quando não tinha jeito (como hoje). O negócio mesmo era a homem trabalhar fora, e a mulher trabalhar em casa.

Talvez por causa disso, a participação das mulheres no movimento dos trabalhadores e na luta pela construção de uma sociedade justa sempre foi menos importante que a participação do homem. As trabalhadoras de um modo geral participam menos que os homens. No princípio deste século, por exemplo, três costureiras lançaram um manifesto às suas companheiras que dizia:

"No último movimento de greve geral nesta cidade (São Paulo), ficou provado claramente que a nossa classe é a mais atrasada. Nesse movimento de solidariedade operária tomaram parte todas as corporações de ofício, desde o mecânico ao marceneiro, desde o ferroviário ao carpinteiro, chapeleiros, pedreiros (...). E nós costureiras, o que fizemos? Nós passamos indiferentes pelo meio das grevistas que enchiam as ruas da cidade e fomos trabalhar porque não tínhamos sentimento de solidariedade. E, no entanto, naquela multidão estavam nossos pais, nossos irmãos, nossos noivos por entre os quais passamos, sem pensar que eles reclamavam um direito que também é nosso".

Nos congressos operários realizados naquela época, era constante a preocupação com a organização das operárias em sindicatos. Essa preocupação deu resultado: as mulheres começaram a participar, a lutar pelos seus direitos ao lado do homem, pela redução da jornada de trabalho, por melhores salários.

Leia e divulgue "O São Paulo"

Em alguns sindicatos onde a categoria é formada principalmente por mulheres, sua ausência é especialmente notada. Por exemplo: em 1976 havia 15.000 sócias no Sindicato de Fiação e Tecelagem de São Paulo, dos quais apenas 603 eram mulheres.

Leia e divulgue "O São Paulo"

Por que modificar a Lei?

O trabalho das mulheres e sua participação nos sindicatos, continua preocupando as pessoas até hoje. O Governo, por exemplo, está propondo mudar a CLT para a mulher poder trabalhar de noite.

Algumas pessoas dizem: as leis que protegem o trabalho da mulher e sua maternidade, na realidade a prejudicam, porque levam os patrões a contratarem homens e mulheres solteiras. Por isso, argumentam, essas proteções são desnecessárias e devem ser abolidas. O ministro está certo ao propor as modificações.

Outras pessoas dizem a contrário. Precisamos ter leis para proteger a mulher, que é mais fraca que o homem, e precisa de proteção especial para a maternidade e para poder criar os filhos. As proteções existentes não devem ser modificadas, mas colocadas em prática.

Leia e divulgue "O São Paulo"

Empresas não poderão mais despedir mulheres grávidas

BRASILIA (O GLOBO) — A mulher não poderá ser despedida do emprego quando comprovar sua gravidez, por atestado médico, em qualquer mês de gestação, e até oito semanas após o nascimento da criança.

Essa é uma das principais modificações propostas por um anteprojeto que vai modificar o capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho que trata da proteção do trabalho da mulher, divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho, e que ainda não tem data prevista para ser enviado ao Presidente Ernesto Geisel.

A comunicação foi feita na residência do Ministro Arnaldo Prieto, por sua mulher, D. Irma, às repórteres credenciadas no Ministério do Trabalho, "numa espécie de homenagem àquelas que diariamente se preocupam com a divulgação das coisas na área", conforme uma nota da Assessoria de Imprensa.

Atualmente, a gestante não pode ser despedida somente no período em que recebe o salário-maternidade, pa-

go pela Previdência Social (quatro semanas antes do parto e oito semanas depois do nascimento da criança).

Outro dispositivo do anteprojeto é a supressão do artigo que exige o consentimento do marido para que sua mulher se empregue e dê a ele o direito de rescindir o contrato feito por ela.

Nos estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, de 16 a 40 anos de idade, terá que haver local apropriado para as funcionárias deixarem seus filhos sob vigilância e assistência, no período de amamentação. Conforme o anteprojeto, o Ministério do Trabalho não obrigará as empresas a construírem creches, mas dará isenção de cinco por cento no Imposto de Renda às que as tiverem. Ainda com o objetivo de proteger a maternidade, as despesas comprovadamente realizadas com alimentação e atendimento das crianças em creches também serão consideradas como dedutíveis do Imposto de Renda.

O anteprojeto elimina a exigência do atestado de bons costumes para trabalho da mulher em casas de diver-

sões, hotéis, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que vigora atualmente na CLT. Haverá obrigatoriedade, principalmente nas atividades comerciais, dos empregadores fornecerem cadeiras ou bancos em número suficiente, para permitir às balconistas sentarem-se durante o trabalho, mas sem prejuízo do serviço.

O documento a ser proposto ao Presidente Geisel elimina a "proibição genérica" do trabalho noturno da mulher, contida no Artigo 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, em vigor.

Pelo anteprojeto, a mulher, da mesma forma que vem sendo atribuído ao homem, passará a se beneficiar do adicional de hora extra, acrescido de 20 por cento sobre o valor da hora normal.

Permanecem as restrições relativas ao trabalho feminino em minas, subsolo, prevendo-se a autorização para a mulher trabalhar na área da construção civil, com restrições para a colocação de colunas, estacas e andaimes. A razão desses impedimentos, segundo o Ministério, é "preservação física da mulher".

A GRANDE "MINORIA"

a luta pela
IGUALDADE



Como combinar as lutas específicas das mulheres com as lutas mais gerais da sociedade? Um debate sobre os movimentos das mulheres – uma "minoridade" que é a metade da humanidade

Confúcio, o célebre filósofo chinês do século VI A.C., costumava comparar as mulheres aos loucos. Essa idéia correspondia ao papel inferior que era reservado às mulheres na sociedade feudal, da qual Confúcio era um ardoroso defensor. Transcorridos mais de dois mil anos, a mulher continua a ser considerada, na maioria dos países, um cidadão de segunda categoria. E, tão longe vão as discriminações do pensamento dominante, que os problemas específicos das mulheres chegam a ser considerados problemas de uma minoria. Como se as mulheres não representassem a metade da humanidade!

A verdade é que, apesar de todas as barreiras existentes, verifica-se, hoje, um progressivo despertar das mulheres, vinculado ao despertar dos oprimidos em geral, e uma crescente disposição de lutar por seus direitos. No Brasil, vários grupos femininos e feministas têm se formado. Divergindo muitas vezes nos objetivos a serem alcançados ou nos métodos a serem utilizados para alcançá-los, esses grupos têm uma característica em comum: procurar mobilizar a mulher, romper a passividade que lhe foi imposta e fazer dela o sujeito de suas próprias ações. Atualmente, os vários

grupos, num empenho conjunto, preparam ativamente as comemorações do 8 de março – Dia Internacional da Mulher.

A luta da mulher deve se dar contra a opressão do homem, ou contra a opressão que pesa sobre ambos? Como combinar as lutas das mulheres pela resolução de seus problemas específicos com as lutas sociais gerais? – Estas foram algumas das questões formuladas por **Movimento**. Para respondê-las, reunimos num debate os jornais feministas *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, o grupo Nova Mulher Editora e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. recolhemos o depoimento do Movimento Feminino pela Anistia, entrevistamos um grupo de operárias metalúrgicas de São Bernardo-SP, a jornalista, escritora e militante feminista Heloneida Studart e o sociólogo e professor da Universidade de São Paulo José de Souza Martins (ver última página).

Participaram da edição deste trabalho: Tim Uhl (coordenador), Rachel Moreno e Denise Cunha (repórteres); Igor Furtado (redator) e José Tadeu Arantes (editor).

Por que lutam as mulheres?

Movimento - Existe efetivamente, no Brasil um movimento feminista?

Nós Mulheres - Não existe um movimento feminista, mas, sim, grupos feministas. Para a constituição de um movimento feminista é necessário romper com uma série de tabus a respeito do que é o feminismo. Acreditamos que, desenvolvendo um trabalho feminista consequente, possamos criar o embrião desse movimento. É importante que ele assuma um caráter de massa e não fique restrito a pequenos grupos de mulheres.

Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - Nós sempre nos consideramos um grupo de mulheres, um grupo interessado nos problemas que as mulheres têm. Nós não estamos preocupadas em saber se somos um grupo feminino ou feminista.

M - Quais são as reivindicações específicas e gerais do feminismo?

Nova Mulher - Editora - A reivindicação específica do feminismo é o desenvolvimento pleno da mulher como um ser autônomo nas opções, integrando e participante. Nossa reivindicações se dão nas áreas de saúde, trabalho, educação, habitação, direitos humanos em geral, e por uma sociedade mais justa.

CDMB - A mulher nunca se furtou, no Brasil, a ser parte integrante de todo o movimento pelo desenvolvimento da sociedade brasileira. Ela sempre esteve presente em todos os grandes momentos de nossa história. A luta pela participação da mulher na vida do país é, portanto, a luta pela retomada de uma coisa que lhe foi arrebatada. A partir daí, nós chegamos à conclusão de que o mais importante para permitir à mulher definir amplamente suas posições é o reinício do processo democrático. Porque, se na França, por exemplo, existe esse debate porque a França é um país de amplas liberdades democráticas. Então, digamos assim, a mulher francesa pode se dar ao luxo de discutir seus problemas específicos. Mas, os problemas da mulher brasileira são muito mais concretos. Portanto, os grupos que se formam devem se interessar pelo enfrentamento dessas tarefas - tarefas práticas. Nós sabemos que a mulher brasileira sempre participou com suas reivindicações específicas, mas sempre ao lado do homem, sempre as lutas pelo aprofundamento do desenvolvimento social e político do país.

Brasil Mulher - Eu acho que nós temos uma divergência. Em vários momentos a mulher teve, de fato, como está tendo hoje, uma participação importante no movimento dos setores explorados da população. O problema é que essa participação sempre foi momentânea. A mulher assumia, por exemplo, a luta contra a alta do custo de vida, na medida em que ela era dona de casa e a questão do custo de vida ficava muito mais viva para ela que era quem fazia as compras. Mas ela não se tornou uma força consciente da sua situação enquanto mulher, e mulher que faz parte de um sistema. Hoje, as coisas começaram a mudar.

NM - A mulher sofre uma opressão específica, enquanto mulher. Sua educação é mais restrita, ela enfrenta preconceitos etc. Neste sentido, a mulher tem reivindicações específicas. Se considerarmos as duas classes fundamentais da sociedade - a burguesia e a classe trabalhadora - podemos dizer que as mulheres da primeira sofrem somente uma opressão sexual, enquanto que a mulher da classe trabalhadora sofre uma dupla opressão, determinada pela sua origem de classe e pelo seu sexo. Mesmo a opressão sexual, que sob vários pontos de vista é semelhante para as mulheres de todas as classes, é diferente segundo a classe social a que se pertença. A dupla jornada de trabalho e a falta de possibilidades de controlar o próprio corpo no que diz respeito à natalidade são apenas dois exemplos dessa diferenciação. Por outro lado, pode-se dizer que a opressão da mulher interessa ao sistema de classe e que as condições para o fim desta opressão só serão dadas com a transformação estrutural da sociedade. Nesta medida, se todas as mulheres têm, em potencial, um interesse objetivo na transformação estrutural da sociedade, são somente

Mulheres pela anistia

Anistia é liberdade, e a liberdade está na raiz de todos os problemas. Não é crível e nem possível que as mulheres lutem por sua liberdade, por sua emancipação, sem lutar pela liberdade total dos cidadãos, pela participação na vida política e pelas transformações necessárias ao país. Em nossa opinião, o mais importante agora é conscientizar a mulher de que ela é uma cidadã e deve lutar politicamente pelas suas reivindicações e direitos. Nós temos um canal para que as mulheres participem da vida nacional, lutando por anistia, mas o nosso movimento não é voltado especificamente para as mulheres, porque a anistia é para todo mundo, homens e mulheres. (...)

Em nosso trabalho, nós encontramos mais dificuldades com a mulher intelectualizada, do que com a mulher mais simples, a mulher do povo. Quando você diz para ela que anistia é liberdade, e que ela precisa da anistia para, por exemplo, lutar para fazer uma creche, para poder se reunir e discutir seus problemas sem medo, ela entende perfeitamente. Esta é uma mulher que a gente ganha não só para a anistia, mas para todo o processo político do país, e isto é muito importante. (...)

Os nossos princípios não são jargões políticos. Nós lutamos por liberdade e justiça - esses são nossos princípios, pelos quais a humanidade luta através de séculos. Por justiça e liberdade um homem morre ou vai para a cadeia, porque ele acredita nisso. E preciso ressaltar que nós estamos sempre ressaltando todo tipo de movimento que lute por liberdades democráticas, seja ele um grupo feminista, com os quais nós temos muitos objetivos comuns, sejam os estudantes, seja o Movimento Justiça e Libertação, ligado à Igreja. (Depoimento do Movimento Feminino pela Anistia)

as mulheres das classes trabalhadoras, por sofrerem uma dupla opressão, que têm condições de levar essa luta até o fim.

M - Como combinar as lutas específicas da mulher com as lutas sociais gerais?

NM - Não é uma questão de combinar. Uma luta é parte integrante da outra. A opressão da mulher decorre de uma dada estrutura social e de uma dada ideologia. A mulher trabalhadora é mantida nos limites de seu lar, cumprindo um papel tradicional, porque isso favorece ao sistema. Ela reproduz a próxima geração de trabalhadores, realiza um trabalho econômico que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho e é mantida fora do mercado de trabalho como exército industrial de reserva, que tem a função de rebaixar salários e de ser utilizado nos momentos de expansão do sistema. Neste sentido, a luta pela emancipação da mulher exige a luta por uma transformação global da sociedade.

Leia, assine e divulgue Movimento; em defesa das liberdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Leia, assine e divulgue.

NME - Realmente, não há nenhuma contradição entre as lutas específicas e as lutas gerais. Ao contrário, elas se completam. No momento em que a mulher adquire consciência de sua própria opressão, ela passa a criticar a sociedade, mobilizando-se para a sua transformação.

BM - Nós somos contra todo e qualquer tipo de opressão a determinados setores da sociedade. É preciso lutar em todas as frentes. Não é uma divisão, mas é entender que nós nos posicionamos contra a opressão que o capitalismo exerce sobre a mulher e sobre a classe trabalhadora.

CDMB - Mas isso são considerações gerais, e qualquer movimento na História, além de considerações gerais, exige outras coisas. É preciso uma estratégia e uma tática definidas.

BM - Bem, eu acho que o trabalho da gente não deve estar desligado de uma conjuntura mais geral. Neste ano, por exemplo, eu tenho a impressão de que iremos observar uma certa reanimação do movimento operário. Nesse sentido, a prioridade do trabalho da gente deve ser junto da mulher operária, da mulher trabalhadora, evidentemente não colocando de lado grupos importantes, como os clubes de mães, associações de donas de casa etc.

CDMB - No início da nossa atuação, nossa proposta fundamental era levantar os problemas da mulher em relação à saúde, ao trabalho, à situação social, ao direito, à educação etc. Nós tentamos reunir, através dessas bandeiras específicas, entidades que pudessem nos ajudar a levantar a problemática da mulher. É claro que nós reconhecemos que a mulher tem seus problemas específicos. Mas, nós também sabemos que o movimento da mulher sozinho não vai resolver esses problemas específicos, por isso buscamos o contato com outras entidades. Agora, é claro que essas questões específicas estão sempre relacionadas com as questões gerais, porque essa discriminação não acontece de nada, não vem de nada.

“Nunca compreendi a emancipação da mulher fora da liberação da classe operária”

Entrevista com a escritora e jornalista Heloneida Studart

Jornalista, escritora e membro do Centro Brasileiro da Mulher, Heloneida Studart esteve recentemente na China Popular, a convite do governo daquele país. Nesta entrevista, concedida a **Denise Cunha**, ela fala das grandes transformações ocorridas na vida da mulher chinesa e das perspectivas do movimento feminista no Brasil.

Movimento – O que você entende por emancipação feminina?

Heloneida Studart – Eu coloco a luta das mulheres dentro da luta dos trabalhadores, porque a mulher é um trabalhador de segunda classe, no sentido em que ganha piores salários e trabalha sempre em condições mais difíceis. Nunca compreendi a emancipação da mulher fora da libertação da classe trabalhadora. Isso não quer dizer que não haja problemas subjetivos que terão de ser enfrentados ao lado do problema principal. Um desses problemas é a ideologia dominante nas cucas e nas emoções de homens e de mulheres. Ele frequentemente vê a mulher como menor e ela se coloca como menor diante dele. É inútil a gente dizer que não existem milhares de mulheres que são cúmplices da situação em que vivem, porque são.

M – A luta principal das mulheres deve ser pelo fim das opressões do homem contra a mulher ou pelo fim das opressões que pesam sobre os dois?

HS – No Brasil, há muito poucas feministas militantes que se colocam contra os homens. Eu acho que, sem negar os fenômenos que a ideologia dominante provoca para intensificar o “machismo”, abrir a guerra mesmo porque homem e mulher estão no mesmo barco da história. A gente tem que mobilizar as mulheres para que elas se conscientizem como mulheres, como trabalhadoras e como cidadãs.

M – Como se viabiliza na prática essa posição?

HS – A partir de 1975 – Primeiro Ano Internacional da Mulher – tem-se feito um trabalho efetivamente bem sucedido: fundou-se o Centro de Pesquisas da Mulher Brasileira; criaram-se os jornais *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*; a grande imprensa abre cada vez mais enormes matérias para tratar dos problemas da mulher, não sob o ângulo de massagens, beleza e regime, mas sob um novo ângulo, sob um ângulo reivindicatório. As mulheres estão na batalha da anistia, atuando muito, como atuaram muito na batalha pelo divórcio. A ação pastoral da Igreja tem atuado muito, também, junto às mulheres operárias, não no sentido protecionista ou filantrópico, mas num sentido de organizá-las, de conscientizá-las para lutarem por seus interesses e direitos. São trabalhos concretos que estão sendo feitos.

M – Como resolver a questão do trabalho doméstico?

HS – Enquanto a sociedade não tiver equipamentos coletivos que atendam a essas necessidades, como creches, cantinas, lavanderias públicas, cabe às mulheres se esforçarem para que os homens dividam



com elas as tarefas domésticas, como já acontece em vários países da Europa. Isso também ocorre na China, onde estive em setembro passado. Lá quem chega em casa primeiro é que faz o jantar, seja pai, a mãe ou o filho.

M – Qual é a realidade da mulher chinesa?

HS – Fiquei profundamente impressionada com a situação da mulher na China, porque eu já tinha lido Simone de Beauvoir depois da viagem que ela fez em 76 pelo mundo inteiro, que nenhum a mulher tinha mudado tanto sua condição como a mulher chinesa. É preciso ver para crer. As chinesas, que antes eram analfabetas, submissas ao marido e suportavam casamentos feitos com desconhecidos, escolhidos por seus pais mesmo antes que elas nascessem, tendo muitas delas que viver na mesma casa com as concubinas do marido, quando este era rico, ou comer as migalhas e sobras do seu prato, quando este era pobre, estas mulheres ocupam hoje, ao lado do homem, um lugar igual na sociedade. Nem sequer há divisões de tarefas: nas fábricas é comum ver mulheres fabricando transistores e homens se dedicando a bordados. O exército é formado por homens e mulheres. E as mulheres casadas não usam o nome do marido. No entanto, estas mulheres, apesar de emancipadas, não desprezam as organizações femininas e continuam lutando para acabar com o remanescente daquela mentalidade antiga e continuar a conscientizar as demais mulheres sobre seus direitos e deveres.

M - Onde se pôde notar claramente a importância da participação feminina na reconstrução de uma nova sociedade, após a libertação da classe trabalhadora chinesa?

HS - Em todos os níveis, mas é bom lembrar que a Federação das Mulheres da China foi grande responsável pelo trabalho de erradicação da prostituição sem maiores choques. Além disso, a maioria dos trabalhos de educação sanitária feitas de casa em casa foi realizado pelas mulheres. Elas também tiveram um papel importante e uma grande participação na alfabetização do povo chinês. A anteriormente havia uma porcentagem de 80% de analfabetos, sendo que 90% estava no campo; hoje, não tem nenhum índice de analfabetismo. 100% da população é alfabetizada. E a mulher, juntamente com o homem, participou deste trabalho.

M - Como a mulher chinesa concilia o trabalho doméstico com o trabalho fora de sua casa?

HS - A China é uma sociedade organizada coletivamente. Sindicatos, Associações de Bairro, Comitês de Vizinhos se envolvem com as famílias para ajudá-las em seus problemas. Lá não existe a expressão "o problema é dele". Assim, o trabalho doméstico já não é mais uma atividade da mulher, mas sim de toda a coletividade. Se houver algum problema doméstico, o comitê de vizinhos estará pronto a ajudar: toma conta de crianças doentes que não podem ir à escola, tratam de velhos inválidos que não podem ficar sozinhos em casa, e até mesmo preparam a refeição para as famílias que, por alguma razão, possam se atrasar.

M - Tem havido apoio efetivo por parte de outros setores progressistas às lutas feministas, no Brasil?

HS - O que a gente tem recebido de apoio de homem bacana, não tá no gibi (risada)! Os senhores estudantes têm nos apoiado muito, os setores mais jovens, em geral, e todos aqueles que compreenderam que não há mudança na sociedade sem mudança na condição da mulher e vice-versa.

Na linha de montagem

"Se um homem faz o mesmo serviço que a gente, por que ele ganha mais?" (Entrevista com operárias metalúrgicas)



Para conversar com um grupo de operárias - seis ao todo - participantes do Congresso da Mulher Metalúrgica, realizado recentemente em São Bernardo (SP), foi preciso esperá-las à porta da fábrica e ir até um bar a dez minutos de lá. O cuidado, porém, foi insuficiente. Meia hora depois, passava e repassava pela porta do bar o encarregado da segurança da firma, tentando identificar os participantes do grupo. Daí

o nosso cuidado em omitir o nome das entrevistadas e da empresa, para evitar a já tradicional dispensa das operárias que ousam fazer qualquer depoimento à imprensa.

Movimento - No Congresso da Mulher Metalúrgica, vocês apresentaram o relato das suas condições de trabalho. Como o Congresso influenciou na situação de vocês?

- Deu mais força pra gente. Agora, nós não temos tanto medo; estamos colaborando umas com as outras, pra ver se fazemos uma união. Se nós ficarmos todas unidas, quando o chefe falar alguma coisa que não estiver certo, nós todas diremos "é isso", e ficará sendo isso.

- Conseguimos também muita coisa sobre a produção. Antes, o chefe pedia mil peças e colocava mais; queria sempre que a gente produzisse mais. Aí nós cortamos. Se ele põe lá uma peça a mais, nós deixamos passar, sem fazer.

- O Congresso foi uma coisa ótima para nós. Nós aprendemos que serviço não é lugar pra se matar de trabalhar.

- A gente trabalha mais do que os homens, e os homens têm mais liberdade do que nós.

- O homem faz um serviço, e fica andando no meio da seção. Nós não. Nós ficamos sentadas na linha de montagem, e só saímos de lá uma vez pra ir ao banheiro. Mesmo assim, o chefe fica tocando os minutos que a gente leva. Se demorar mais que dez minutos, dá uma bronca na gente.

Movimento - E das reivindicações que foram feitas no Congresso, qual vocês acham que deveria vir primeiro?

- A primeira coisa a mudar é nosso horário pra lanche...

- É o banheiro!

- A maioria das mulheres lá tem problema de bexiga por causa disso, de não poder ir ao banheiro.

- Nós somos diferentes, temos que ter mais liberdades. Temos que ir ao banheiro mais vezes que os homens, pelo menos umas duas vezes de manhã e duas vezes à tarde.

- Pelo menos quando a mulher estiver no caso menstrual, tem que ir mais vezes ao banheiro.

Movimento - O que vocês conhecem sobre feminismo? Já ouviram falar a respeito?

- Eu ouvi, e se era pra estar no meio também, eu participaria.

- Nós temos que ter liberdade mais do que os homens, né?

- Não, não mais. Igual.

- Mas eles não têm os problemas que nós temos. Então nós devemos ter mais liberdade do que eles.

- O problema é diferente. Estou falando da igualdade entre mulher e homem, principalmente sobre taxa salarial, sobre direitos que os homens têm e que nós temos que ter também.

Se um homem faz o mesmo serviço que a gente, por que ele ganha mais?

Movimento - Se mudasse a situação da mulher, se a mulher ficasse igual ao homem, o que vocês acham que aconteceria no mundo?

- Muita coisa boa. Por exemplo, em casa, mais em que o marido não quer que a mulher trabalhe fora, seria diferente. Meu namorado, por exemplo, quer casar, mas não quer que eu continue a trabalhar fora. Nós discutimos isso todo dia, porque eu quero trabalhar depois. Outro dia, saiu uma conversa entre ele e a minha irmã. Ela falou assim: "Dizem que ela é a mais bonita da seção, é bom você tomar cuidado". Então, ele me disse: "Você acha que eu vou deixar trabalhar depois de casar? Nunca, eu não sou nenhum trouxa!" Ele tem medo de eu... Eu acho que se a gente gosta do cara, por que não fazer isso? Quem casa é porque gosta, né?

Movimento - Como vocês acham que deveria ser a participação política da mulher?

- Eu, na minha opinião, lutaria pelas mulheres e pelos homens. Por exemplo, lutaria contra esse negócio de trabalhar à noite. Se nós, mulheres não temos que trabalhar à noite, por que os coitados trabalham? - Sabe o que eu acho? Que nós é que temos que fazer as leis.

- Mas eu acho que, na política, a mulher lutando só pelas mulheres, ia haver desigualdade. Agora, os dois juntos, ia ter igualdade.